

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE
PORTO ALEGRE**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA E SAÚDE**

Anderson Duarte Goulart

**Experiência interventiva em Grupo Psicoeducativo com Homens
Autores de Violência contra a Mulher (GPHAV)**

Porto Alegre

2022

Anderson Duarte Goulart

**Experiência interventiva em Grupo Psicoeducativo com Homens
Autores de Violência contra a Mulher (GPHAV)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Saúde da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Mariana Gonçalves Boeckel

Porto Alegre

2022

Catálogo na Publicação

Duarte Goulart, Anderson

Experiência interventiva em Grupo Psicoeducativo com Homens Autores de Violência contra a Mulher (GPHAV) / Anderson Duarte Goulart. -- 2023.

99 p. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) -- Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Saúde, 2023.

Orientador(a): Mariana Gonçalves Boeckel.

1. violência familiar. 2. Transgeracionalidade. 3. Intervenção. I. Título.

**Experiência interventiva em Grupo Psicoeducativo com Homens Autores de Violência
contra a Mulher (GPHAV)**

BANCA AVALIADORA

Dr. Adriano Beiras

Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Dra. Denise Falcke

Departamento de Psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)

Dra. Sheila Gonçalves Câmara

Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
(UFCSPA)

Porto Alegre

2022

Agradecimentos

A combinação do suporte que recebi, somado às ricas oportunidades que pude usufruir permitiram que me esforçasse para entregar um trabalho do qual tenho grande orgulho. As produções apresentadas a seguir são o resultado do carinho e sabedoria de todos que me acompanharam ao longo desses anos de vida.

Inicio agradecendo especialmente aos meus pais, Antônio e Miriam, que compõem a minha base mais fundamental, eternamente dispostos a ajudar, confiar e respeitar as minhas escolhas e decisões. Sentir que faço parte de uma família tão dedicada me transborda de alegria e segurança para encarar os desafios da vida sabendo que sempre tenho com quem contar. Juntinho a essa família construo também a minha própria, da qual tenho meu marido Matheus a agradecer, o suporte fundamental em todos os passos desse caminho, cuja coragem, generosidade e comprometimento me inspiram diariamente. Agradeço meus grandes amigos, os psicólogos Adams Friedemann e Willian Krüger, incondicionalmente ao meu lado, e a genial Juliana Gomes, parceira fundamental nesta jornada acadêmica.

Agora dedico um espaço especial para a professora que me ensinou por meio de orientações, mas principalmente por meio de sua presença, e sua vivência. Agradeço profundamente à minha orientadora Dr^a Mariana Boeckel pelo exemplo de força, dedicação, e sobretudo de amor pelo que faz, e por quem faz. A gratidão que tenho pelo acolhimento incondicional desde o primeiro dia de tutoria da graduação, até esse momento de finalização do Mestrado não há palavras que descrevam. A confiança e o “pensar grande” desde o início, mesmo entre tantas adversidades que honestamente são difíceis até de acreditar, possibilitaram essa nossa conquista hoje. Sempre falo que se for um psicólogo e uma pessoa 1/10 de quem é a “Mari”, estou mais do que satisfeito.

Também agradeço profundamente a universidade federal e tudo representado por ela. Fazer Ciência hoje é um ato de resistência política em nosso país, que não seria possível sem a UFCSPA e a dedicação de seus funcionários. Outra instituição fundamental para a execução dessa dissertação é o Tribunal de Justiça do RS junto ao Foro Central de Porto Alegre. Dedico um carinho especial à psicóloga Ivete Vargas, que me acolheu com entusiasmo e confiança, oferecendo a oportunidade de conhecer e me apaixonar pela prática de facilitação de grupos reflexivos com homens autores de violência. Agradeço também à Juíza Dr^a Madgéli Frantz Machado que por meio de sua ousadia, no mais admirável sentido da palavra, e desejo de mudança possibilitou a criação de ações a partir do Projeto Borboleta que promovem a saúde de milhares de pessoas em situação de violência.

Por fim, agradeço a todos os homens participantes da pesquisa que compõem esta dissertação. O contexto difícil no qual todos se encontravam não impediu que se vinculassem e contribuíssem para a Ciência em um projeto tão nobre, mas igualmente desafiador para quem participa. A todos citados, e também aos não citados, mas igualmente fundamentais para a minha formação pessoal e profissional até aqui, um muito obrigado de coração.

Resumo

A violência por parceiro íntimo (VPI) causa danos devastadores à sociedade por meio de uma combinação de fatores: individuais, diádicos, transgeracionais e sobretudo socioculturais. A estrutura patriarcal reforça a desigualdade de gênero e cerceia a liberdade de homens e mulheres violentando-as das mais distintas formas. Devido às amplas proporções do fenômeno é imprescindível que ações interventivas com a população afetada sejam pesquisadas e implementadas por meio de políticas públicas. Dentre elas, destacam-se os grupos reflexivos e psicoeducativos para homens autores de violência. Mediante a complexidade do fenômeno, considera-se fundamental a inclusão dos homens no combate a VPI. Para isso, a presente dissertação objetiva apresentar o protocolo GPHAV-Piloto e descrever sua aplicação em um grupo de homens acusados de violência contra a mulher; assim como analisar a construção transgeracional do uso da violência e da expressão da raiva nessa população. Utiliza-se uma metodologia qualitativa para alcançar ambos objetivos, associada a ferramenta de análise temática reflexiva. Conclui-se que a intervenção proposta no protocolo GPHAV-Piloto demonstrou ser apropriada para a população, promovendo ações que visam a tomada de responsabilidade e reflexão acerca de suas concepções de masculinidade. Também foram identificados quatro temas fundamentais para a discussão do processo de transgeracionalidade da violência: experiência da violência intrafamiliar na família de origem; impactos deletérios transgeracionais da violência; resistência ao uso da violência no dia a dia e reflexões acerca da masculinidade. Esses resultados reforçam a urgência de políticas que contemplem a multifatorialidade do fenômeno a nível social

Palavras-chave: violência por parceiro íntimo, transgeracionalidade, programa de intervenção

Abstract

Intimate partner violence (IPV) causes devastating damage to society through a combination of factors: individual, dyadic, transgenerational and, above all, sociocultural. The patriarchal structure reinforces gender inequality and restricts the freedom of men and women, violating them in different ways. Due to the large proportions of the phenomenon, it is imperative that interventional actions with the afflicted population are researched and implemented through public policies. Among them, stands out reflective and psychoeducational groups for male perpetrators of violence. Due to the complexity of the phenomenon, the inclusion of men in the fight against IPV is considered essential. For this, the present dissertation aims to present the GPHAV-Pilot protocol and describe its application in a group of men accused of violence against women; as well as analyzing the transgenerational construction of the use of violence and the expression of anger in this population. A qualitative methodology is used to achieve both objectives, associated with a reflective thematic analysis tool. It is concluded that the intervention proposed in the GPHAV-Pilot protocol proved to be appropriate for the population, promoting actions aimed at accountability and reflection of their conceptions of masculinity. Four fundamental themes were also identified for the discussion of the transgenerational process of violence: experience of intra-family violence in the family of origin; deleterious transgenerational impacts of violence; resistance to the use of violence in everyday life and thoughts on masculinity. These results reinforce the urgency of policies that address the multifactorial nature of the phenomenon at a social level.

Keywords: intimate partner violence, transgenerationality, intervention protocol

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	8
2	INTRODUÇÃO	10
3	SEÇÃO 1 - Psychosocial Group Intervention with Men Accused of Violence Against Women: Experience Report	18
3.1	Method	20
3.2	Discussion and Final Considerations	30
4	SEÇÃO 2 - Transgeracionalidade da violência em homens acusados de violência conjugal	38
4.1	Método	43
4.2	Resultados	45
4.3	Discussão	51
4.4	Considerações Finais	60
5	CONCLUSÃO	68
6	Apêndice - PROTOCOLO DE INTERVENÇÃO ON-LINE COM HOMENS ACUSADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: EXPERIÊNCIA NO SUL DO BRASIL	71

Apresentação

Por meio dessa apresentação situa-se a presente dissertação e suas produções, assim como, o relato da trajetória do autor candidato à graduação de Mestre. As temáticas de violência e conjugalidade são muito caras a mim, em níveis tanto pessoais quanto profissionais, ajudando a definir minha trajetória acadêmica. O estudo acerca do universo conjugal e familiar destacou-se dentre as diversas temáticas abordadas ao longo da graduação, ao mesmo tempo que a perspectiva teórica sistêmica passou a fundamentar minha visão de mundo. Em seguida, através de uma disciplina eletiva com as professoras Dras. Mariana Boeckel e Clarissa De Antoni, o atravessamento da violência e vulnerabilidade agregou uma nova nova camada de entendimento à complexidade das relações afetivas humanas.

Desde então, por meio de uma oportunidade de atuar no Projeto Borboleta voltado para o acolhimento de mulheres vítimas de violência por parceiro íntimo (VPI), no Fórum Central de Porto Alegre, fez-se presente a aproximação prática e experiencial desse fenômeno. Graças às oportunidades oferecidas neste espaço foi possível conhecer e atuar nas ações interventivas de grupos reflexivos de gênero conduzidos há mais de dez anos na instituição. O crescente interesse na abordagem e seus motivadores desafios alimentaram o desejo de utilizar dessa prática no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da graduação.

Frente à ambiciosa ideia de construção e avaliação de um protocolo interventivo com homens autores de violência contra a mulher, iniciou-se a jornada em pesquisa associada a prática interventiva. tive o imenso prazer de aproximar-me da genial professora Mariana Boeckel e de minha incrível parceira de graduação Juliana Gomes. Trabalhamos juntos no TCC e realizamos também uma revisão sistemática embasando o protocolo que veio a ser a versão piloto do Grupo Psicoeducativo com Homens Autores de Violência contra a Mulher

(GPHAV-Piloto). Após uma série de aprimoramentos e adaptações junto às demais competentes e generosas profissionais da área que compõem o grupo de pesquisa Famílias & Contextos, concretizou-se o atual GPHAV e sua versão *online* GPHAV-Online.

A trajetória culmina na presente dissertação composta pelas seguintes seções: introdução; (I) artigo em formato de relato de experiência profissional descrevendo em detalhes o protocolo GPHAV-Piloto em sua versão presencial, discutindo e levantando por meio da articulação com a literatura os temas de relevância central para a intervenção; (II) artigo qualitativo voltado às questões transgeracionais da VPI, utilizando-se da análise temática reflexiva a partir dos relatos de história de vida dos participantes das edições dos grupos *online* analisados; conclusão geral acerca das produções que compõem a presente dissertação e Apêndice, contendo o capítulo de livro já publicado, o qual detalha o protocolo da modalidade *online* (GPHAV-Online) e sua viabilidade e implicações na prática interventiva com a população de HAV.

Introdução

Enquanto cidadãos somos, ao mesmo tempo, sujeitos e objetos dos mais diversos fenômenos, possibilitando que questões sociais sejam vivenciadas individualmente, e experiências individuais componham o social (Minayo, 1994). Dessa forma, quando refere-se a problemáticas complexas como a violência é fundamental uma perspectiva dinâmica e contextual, considerando os mais diversos atravessamentos: políticos, econômicos, morais, do Direito, da Psicologia, das relações humanas e institucionais, e questões individuais.

A violência, por definição, pode ser compreendida enquanto o uso intencional da força física ou poder, direcionada a alguém ou a algo, tendo possibilidade de causar lesão, morte, dano psicológico ou privação (Krug et al., 2002). Contudo, a violência ainda é estrutural, transgeracional e, fundamentalmente social. Sendo ela inerente às relações sociais, considera-se que a desigualdade em suas mais diversas manifestações no contexto urbano desempenha um papel fundamental (Weyrauch, 2011). Por meio das desigualdades, explicita-se o direcionamento dos atos violentos, que seguem uma ordem e estrutura social, econômica e histórica, partindo do mais privilegiado, ao mais vulnerável.

Já no que tange ao espaço no qual essa violência ocorre, assim como a tipificação de seus perpetradores, cabem outras classificações, como a violência interpessoal comunitária. Esta é definida pela OMS como aquela manifestada entre indivíduos sem uma relação de parentesco, ocorrendo em espaços públicos e institucionais (Krug et al., 2002). Por outro lado, ao considerarmos um recorte de desigualdade distinto, destacando o machismo e as questões de gênero, a violência passa a reverberar dentro do lar. Dessa forma, circundado por uma estrutura patriarcal, temos a violência por parceiro íntimo (VPI) e a violência contra a criança e o adolescente, sendo a última perpetrada majoritariamente (84%) por seus

cuidadores primários no Brasil (Disque 100, 2021). A representação gráfica da complexa interação dessas distintas apresentações da violência pode ser vista na Figura 1.

Figura 1

Representação interacional entre violências atravessadas por gênero



O último relatório global da Organização Mundial da Saúde sobre violência contra as mulheres (2021) estima que cerca de um terço das mulheres entre 15 e 49 anos já sofreram violência física ou sexual por parte de seus parceiros. Este fenômeno está inserido no contexto de VPI, compreendida enquanto qualquer comportamento violento dentro de um relacionamento afetivo, prejudicando seu parceiro nas esferas física, sexual, psicológica, patrimonial ou moral (WHO, 2021). Embora possa ser um fenômeno bidirecional, é fundamental destacar a vulnerabilidade das mulheres, reforçada, por exemplo, pelos altos índices de feminicídio no contexto doméstico. O feminicídio é conhecido como o assassinato de mulheres motivado por gênero, e tem grande destaque em países como o Brasil, onde foram registrados 1.341 casos em 2021, a maioria (81,7%) deles perpetrados por um parceiro íntimo atual, ou anterior (FBSP, 2022).

Reconhecendo a gravidade desse fenômeno para a saúde da mulher, políticas públicas e intervenções voltadas para vítimas de VPI têm sido amplamente implementadas e apresentam sucesso moderado na prevenção de recorrência (Trabold et al., 2018). No Brasil, a principal legislação contemplando o fenômeno é a lei Maria da Penha (Lei nº 11.340), sancionada em 7 de agosto de 2006. No entanto, ainda que tratar e amparar diretamente às mulheres vítimas de violência seja fundamental, a complexidade da VPI exige um amplo leque de ações, sendo indispensável intervir também com a população masculina de autores de VPI (Beiras et al., 2021; Wilson et al., 2021).

Compondo essa complexidade está o atravessamento social de gênero que atua como pilar principal ancorando as demais variáveis presentes no fenômeno por meio da desigualdade. Na cultura ocidental, a socialização do homem é intimamente associada à dominação, a fim de reforçar dinâmicas de poder patriarcais que operam diminuindo a figura da mulher e do que é considerado feminino (Beiras et al., 2021; Santos et al., 2021). Um dos mecanismos para atingir esse objetivo é a naturalização do uso da violência por parte do homem, compondo uma masculinidade hegemônica opressora a todos, limitando suas vivências e aumentando o risco de violência na família.

O conceito de masculinidade hegemônica abarca o conjunto de regras sociais estabelecidas em um determinado recorte de tempo, construídas para legitimar as desigualdades de gênero (Messerschmidt, 2019). Predominando esses modelos, não há espaço para a expressão emocional no universo masculino. A promoção de características violentas no desenvolvimento do que é ser homem, priva-o de expressar sentimentos culturalmente associados à vulnerabilidade, como a tristeza e o medo, treinando-o desde jovem a reprimir, ao invés de regular o que está sentindo (Santos et al., 2021).

Evidenciam-se, portanto, dois aspectos: (I) a interação recursiva entre sujeito e sociedade por meio de diretrizes patriarcais que compõe sua subjetividade e sua vida social, e

(II) a consequente lacuna em repertórios essencialmente humanos, porém não permitidos no modelo hegemônico de masculinidade. Aspectos voltados principalmente à expressão emocional, reforçando o uso da violência como recurso válido, e tolhendo alternativas não violentas. Dessa forma, ações interventivas voltadas para homens autores de violência contra a mulher (HAV) precisam contemplar ambos aspectos para gerar mudanças significativas (Beiras et al., 2021).

Entre os programas para HAV com maior representação na literatura, Beiras et al. (2021), autor da coleção “Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: experiências e práticas”, em parceria com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, destaca os grupos psicoeducativos e reflexivos para homens, que procuram promover a auto-reflexão visando a responsabilização perante os seus atos violentos (Beiras et al., 2021). Esses programas variam em bases teóricas, em sua maioria inclinando-se para uma abordagem feminista, de orientação cognitivo-comportamental, ou uma combinação de ambos, sem consenso sobre a duração adequada da intervenção, podendo variar de 8 a 55 semanas, em média (Goulart et al., 2020; Wilson et al., 2021).

A diversidade dos programas e seus heterogêneos processos de avaliação de eficácia, bem como a intrínseca complexidade da VPI, são fatores que nos auxiliam a compreender os desafios de aferir precisamente o impacto dessas intervenções. A meta-análise de Wilson et al. (2021) indica que a eficácia geral dos programas para HAV na literatura ainda é inconclusiva. Os resultados apontam menores taxas de reincidência para homens que terminam os programas em comparação à grupos sem intervenção, no entanto, a partir dos relatos das parceiras desses participantes não há diminuição significativa na perpetração de VPI.

Em contrapartida, Ferrer-Perez et al. (2018) aponta que a maioria dos principais estudos publicados utiliza apenas as taxas de reincidência como critério de eficácia, o que

pode ser insuficiente considerando a complexidade da VPI. Além disso, aferir apenas essa variável prova-se pouco valioso para a compreensão do possível processo de mudança presente, não fornecendo as informações necessárias para melhorar a qualidade dos programas (Beiras et al., 2021; Ferrer-Perez et al., 2018). Os autores reforçam, portanto, a importância de incluir aferições de múltiplos construtos relevantes para as intervenções, como distorções cognitivas sexistas, regulação emocional, entre outros.

Além das análises quantitativas, um dos principais recursos para compreender como ocorrem os processos de mudança nos programas para HAV é por meio de análises qualitativas das intervenções e o que as compõem (Holtrop et al., 2017). Oliveira e Scorsolini-Comin (2021) identificam por meio de entrevistas pré e pós intervenção que os grupos se tornaram um espaço de acolhimento e reflexão considerando mudanças nos discursos dos 14 participantes que finalizaram a intervenção acerca de: violência, relações conjugais, Lei Maria da Penha e em relação ao próprio engajamento no grupo reflexivo.

Os resultados de Oliveira e Scorsolini-Comin (2021) vão ao encontro de Holtrop et al. (2017) que atribuem essas mudanças principalmente a diversidade presente no contexto grupal, facilitando mudanças individuais em um ciclo recíproco, construindo e sustentando um ambiente promotor de reflexões. Já Kilgore et al (2019) reforçam que embora sejam capazes de gerar mudanças no discurso, os aspectos de ordem social e histórica relacionados a questões de gênero constituem profundamente a subjetividade dos participantes, de forma que o alcance das intervenções muitas vezes não é capaz de contemplar. Considerando o amplo corpo de produções científicas na área, e a vasta heterogeneidade de resultados, é importante que os estudos envolvendo essa modalidade interventiva busquem contemplar sua complexidade nas escolhas de mensuração de efetividade, sendo fundamental o detalhamento na descrição dos protocolos utilizados, assim como seus instrumentos de avaliação (Velonis et al., 2018).

Buscando contemplar esses critérios e contribuir empiricamente para a produção científica na área, Goulart et al. (2020) desenvolveram o protocolo do Grupo Psicoeducativo com Homens Autores de Violência Contra a Mulher (GPHAV) em 2019 com base no conhecimento estabelecido na literatura nacional e internacional por meio de revisão sistemática. Face à pandemia de covid-19 em 2020, foi posteriormente desenvolvida uma versão *online* (GPHAV-Online). A intervenção fundamentalmente baseia-se em uma visão sistêmica relacional, buscando contemplar os múltiplos fatores envolvidos na VPI: aspectos sociais, relacionais e individuais. Sua versão *online* conta com 9 encontros semanais de 1h 45min, por meio da plataforma *Google Meet*.

Ao longo desta dissertação desenvolvem-se dois artigos: o primeiro abordando a apresentação do protocolo de intervenção em seu modelo piloto presencial (GPHAV-Piloto), e o segundo com a análise temática de um recorte da intervenção no que tange a transgeracionalidade. Também inclui-se em apêndice um capítulo apresentando e discutindo a versão *online* do protocolo de intervenção (GPHAV-Online).

Referências

- Beiras, A., Martins, D. F. W., Sommariva, S. S. & Hugill, M. S. G. (2021). Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: Mapeamento, análise e recomendações. Poder Judiciário de Santa Catarina. <http://www2.tjsc.jus.br/web/academia-judicial/ebook/mapeamento-1.pdf>
- Disque 100. (2021, 14 de julho). 81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem dentro de casa. *Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (ONDH/MMFDH)*. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/81-dos-casos-de-violencia-contras-criancas-e-adolescentes-ocorrem-dentro-de-casa>
- FBSP. (2022). *16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>
- Goulart, A. D., Gomes, J. M., & Boeckel, M. G. (2020). Intervenções com Homens Acusados de Violência por Parceiro Íntimo: Revisão Sistemática da Literatura. *Contextos Clínicos*, 13(1), 270-292. <https://doi.org/10.4013/ctc.2020.131.13>
- Holtrop, K., Scott, J. C., Parra-Cardona, J. R., McNeil Smith, S., Schmittel, E., & Larance, L. Y. (2017). Exploring factors that contribute to positive change in a diverse, group-based male batterer intervention program: Using qualitative data to inform implementation and adaptation efforts. *Journal of interpersonal violence*, 32(8), 1267-1290.
- Kilgore, C. D., Lehmann, P., & Voth Schrag, R. (2019). Discourse after a batterer intervention program: A qualitative analysis of “Letters from the future”. *Violence against women*, 25(5), 593-613. <https://doi.org/10.1177/1077801218794296>
- Krug, E. G., Mercy, J. A., Dahlberg, L. L., & Zwi, A. B. (2002). The world report on violence and health. *The lancet*, 360(9339), 1083-1088. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(02\)11133-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(02)11133-0)

- Messerschmidt, J. W. (2019). The salience of “hegemonic masculinity”. *Men and masculinities*, 22(1), 85-91. <https://doi.org/10.1177/1097184X18805555>
- Minayo, M. C. D. S. (1994). Violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de saúde pública*, 10, S7-S18. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500002>
- Santos, D. F., Lima, R. D. C. D., Demarchi, S. M., Barbosa, J. P. M., Cordeiro, M. V. D. S., Sipioni, M. E., & Andrade, M. A. C. (2021). Masculinidade em tempos de pandemia: onde o poder encolhe, a violência se instala. *Saúde e Sociedade*, 30, e200535. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200535>
- Oliveira, J. D., & Scorsolini-Comin, F. (2021). Percepções sobre intervenções grupais com homens autores de violência contra as mulheres. *Psicologia & Sociedade*, 33. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33221163>
- Trabold, N., McMahon, J., Alsobrooks, S., Whitney, S., & Mittal, M. (2018). A systematic review of intimate partner violence interventions: State of the field and implications for practitioners. *Trauma, Violence, & Abuse*, 21(2), 311-325. <https://doi.org/10.1177/1524838018767934>
- Velonis, A. J., Mahabir, D. F., Maddox, R., & O’Campo, P. (2018). Still looking for mechanisms: A realist review of batterer intervention programs. *Trauma, Violence, & Abuse*, 21(4), 741-753. <https://doi.org/10.1177/1524838018791285>
- Weyrauch, C. S. (2011). Violência urbana. *Dimensões*, (27). <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2580/2076>
- Wilson, D. B., Feder, L., & Olaghere, A. (2021). Court-mandated interventions for individuals convicted of domestic violence: An updated Campbell systematic review. *Campbell Systematic Reviews*, 17(1), e1151. <https://doi.org/10.1002/cl2.1151>
- WHO. (2021). *Violence against women prevalence estimates, 2018: global, regional and national prevalence estimates for intimate partner violence against women and global*

and regional prevalence estimates for non-partner sexual violence against women.

<https://www.who.int/publications/i/item/9789240022256>

Seção 1

Psychosocial Group Intervention with Men Accused of Violence Against Women:

Experience Report

Juliana Motta Gomes, Anderson Duarte Goulart e Mariana Gonçalves Boeckel

Abstract

The phenomenon of intimate partner violence (IPV) has taken great proportions in Brazilian reality and it is characterized as a public health problem. Literature emphasizes the importance of developing effective actions that contemplate this phenomenon in its complexity; therefore, we propose to broaden the scope of interventions also including reeducation work with perpetrators of violence. Thus, this study aims to present the application of a pilot project of a psychosocial intervention in groups with men accused of aggression against women. Our purpose is to describe the development of the group, as well as to discuss its contents and its results with the literature. Group meetings took place at the Central Forum of a southern Brazilian capital and had the initial participation of 10 men. Some of the topics discussed were: gender, violence, conflict resolution, emotion management and responsibility. The intervention demonstrated being appropriate for the population, promoting actions that may improve public policies of greater national scope.

Keywords: intimate Partner Violence, batterering, intervention program

The World Health Organization (WHO, 2013) indicates that up to 38% of women's homicides in the world were committed by their intimate partner, while the Brazilian rates are estimated at up to 65% (Rede de observatório de segurança, 2022). Intimate partner violence (IPV) regards any damaging behavior perpetrated by an intimate partner, or ex-partner, encompassing physical, psychological, sexual, moral, or patrimonial nature (WHO, 2021). In Brazil, this phenomenon is featured as a public health matter, with a wide scope regarding the demographic profile of the couples who present violent behaviors while also involving public agencies of different orders, such as health, education and the judiciary. Machado (2014) highlights that Brazil has developed a series of public policies in response to this significant social demand, focusing on the support and protection of the violence victim, represented mainly through the Maria da Penha Law (Law number 11.340/2006). It should be noted, however, that IPV is associated with a dysfunctional dynamic of the couple, meaning that it's crucial to intervene with everyone involved, regardless of whoever may be characterized as a victim or an offender (Schulz & Colossi, 2020). In order to achieve that, Machado (2014) suggests the use of a systemic theoretical approach, focusing on the relational aspects of the couple's dynamics.

Based on this premise, it is important to develop studies about psychosocial interventions in the Brazilian social context, focusing on the positive impact on the participants. Trabolt et al. (2018) draws attention to the relevance of services oriented to both guidance and prevention in domestic violence situations, mainly focusing on programs specific for men who commit battering and women victims of IPV. Beiras (2021) stresses that only initiatives of this magnitude can modify the situation of violence currently established. Specifically regarding intervention models with men who commit battering, Goulart et al., (2020), through a systematic review, establishes it as a growing field of action for Psychology to intervene. According to these data, we intend to present the application of a pilot project

for a psychosocial intervention with a group of men accused of aggression against women. Our objective is to describe the group's development process, as well as to discuss its contents and results with the current literature. The development of this project took place at the Central Forum of a capital in the south of Brazil with men accused of IPV according to the Maria da Penha Law.

Method

Participants

The study included 10 men, aged 27 to 49 years (average 38 years), 01 with complete higher education, 02 with incomplete higher education, 04 with complete high school, 01 with incomplete high school, 01 with complete elementary school and 01 with incomplete elementary education. The occupations were: driver (2), cabinetmaker, retired aviator, motorcycle courier (2), painter, security guard, businessman and barber. Regarding their relationship status at the time of data collection, 06 participants were separated from the victims (04 in relationship with other women), 02 in an indefinite situation with the victims and 02 married with the victims. Six participants had children with the victims.

All participants were under Law 11.340 Maria da Penha, with the judicial lawsuit running on a Court of Domestic and Family Violence from a Central Forum in a capital of the southern region of Brazil (TJRS).

Procedures

Males meant to participate in one of the psychoeducational groups available at the court were referred and 15 individual interviews were scheduled. From the 15 men interviewed, 10 participated in the group intervention and 6 completed it until the end. At those individual interviews, the referred men were invited to participate in the study by an informed consent form (ICF).

Intervention Protocol

Psychosocial interventions are understood as processes intentionally designed to act on the well-being of the population through changes in values, policies, programs, distribution of resources and cultural norms (Beiras, 2021). Based on this, as well as the systematic review (Goulart et al., 2020) and ideas inspired by the protocol for couples entitled *Viver a Dois* (Wagner et al., 2015), this intervention protocol was produced.

The protocol follows a systemic approach according to the new paradigmatic model of systemic thinking by Vasconcellos (2018). Different types of activities were planned, such as: showing videos, dynamics in pairs, or in groups and psychoeducational strategies, all of which were followed by moments of reflection and group discussion. Thus, the pilot application of the protocol took place from May to July 2019.

Group meetings

Twelve weekly meetings were held, lasting around 01 hour and 30 minutes, facilitated by two Psychology students and observed by a psychologist, with the group's activities being divided into four moments: initial reception of participants, recap of the previous encounter, approach and discussion of the current theme of the meeting, and finally, the evaluation of the day and arrangements for the next encounter. A brief description of each meeting will be presented below.

Week 1 – Starting up the Group and contract

Theme: Relationship conceptions

Goals:

- Creating an initial bond with the participants and establishing the group rules.
- Promoting discussions about the participant's perceptions regarding their love relationships.

Meeting Contents

Activity I: Presentation dynamics.

The group starts with facilitators initial presentations and establishment of the rules and ethical issues regarding the group meetings. This moment is followed by the participants' presentation dynamic, in which they are separated in pairs and asked to briefly talk about themselves. Next, each participant is encouraged to present their pair to the rest of the group based on what they talked about by themselves.

Activity II: Love relationship discussion

The question "What is a love relationship?" starts the group reflection process. Throughout the discussion, participant's perceived feelings are explored, both the positive aspects of having a love relationship, and also the issues they may face with a romantic partner.

Week 2 - Focus Group

Themes: Sexism in society, Power dynamics, Violence and Conflict resolution, Accountability, Feelings and emotions.

Goals:

- Exploring the group dynamics and thoughts regarding important themes within the intervention program.
- Establishing a broad pre-intervention parameter for the qualitative assessment of the intervention.

Meeting Contents

Activity I: Focal group.

The main themes addressed in the following meetings are initially explored, from the participants perspectives. To achieve that, the group is organized in pairs, and 5 different phrases are randomly distributed and read one by one for the entire group to discuss.

Phrases:

"What do you do when you have problems in your love relationship?"

"When there is a conflict in a couple's life, who is responsible?"

“Sexism is a society construct.”

“Violence could be understood as an inefficient tool to solve issues”

"How do I feel when I face problems in my love relationship”

Week 3 - Violence against women

Themes: General violence against women and the Maria da Penha Law.

Goals:

- Contextualizing the phenomenon of violence against women.
- Working on taking accountability for violent acts committed against women.

Meeting Contents

Activity I: What is violence against women?

National and international data on violence against women is shown, contextualizing the phenomenon and introducing the idea of accountability. It is very important to instigate participants with exploratory and reflexive questions throughout the activity to maintain their engagement.

Activity II: The Maria da Penha Law.

During this activity, the Maria da Penha Law is introduced, explaining and discussing its main topics with the group, focusing on clarifying its goals, differentiating all forms of violence, and presenting the overall legal measures regarding women protection in Brazil.

Week 4 - Sexism and gender stereotypes

Themes: Maria da Penha Law, Sexism, and Gender stereotype constructions.

Goals:

- Identifying and highlighting participant’s preconceptions about gender stereotypes.
- Exploring the harms of sexism for both men and women.
- Promoting reflections on power dynamics applied in romantic relationships.

Meeting Contents

Activity I: Continuation of the Maria da Penha Law.

The contextualization of the Maria da Penha Law is concluded with the presentation of a video in which Maria da Penha explains the law's origins and tells her life story (TEDx Talks, 2012).

Activity II: Extraterrestrial Dynamic.

This dynamic is introduced with the question: "How would we explain what it means to be a woman and what it means to be a man for an extraterrestrial being, which doesn't know anything about planet Earth?". From the ideas listed, it is important to highlight the recognition of gender stereotypes in society and its negative implications in romantic relationships. At the end it is important to look back at the group's initial answers and recognize all emotional and behavioral characteristics talked about relate to human beings, regardless of gender.

Week 5 - Gender stereotypes and violence

Themes: Construction of gender stereotypes and violence (concepts and situations).

Goals:

- Discussing the roots of gender stereotypes in society.
- Assisting in expanding the participants' perception of violent behavior.

Meeting Contents

Activity I: Gender stereotypes.

The group is encouraged to talk about cultural differences between men and women to initiate the conversation about gender stereotypes. Afterwards, each participant discusses in pairs about different games and activities they've experienced during childhood which could relate to that theme. The whole group is then encouraged to trade experiences and reflect upon what was discussed focusing on how that may have influenced their current views on men and women's places in society.

Activity II: Conflict resolution.

In order to exemplify how those gender stereotypes may negatively influence on problem solving tactics and communication, a hypothetical situation of conflict is brought up to explore different ways the group could try solving it, including a scenario where violence is attempted. During that discussion it is important that all possible emotions are highlighted and that the harmful consequences of using an ineffective problem-solving strategy, such as violence, are clear.

Week 6 – Pattern reproduction - from violence suffered to violence practiced

Themes: Cycle of violence, Relationship conflicts, Transgenerationality and violence

Goals:

- Assisting the understanding of the cycle of violence.
- Promoting recognition of violent relational patterns.
- Working the recognition of current violent experiences related to their own life story;

Meeting Contents

Activity I: Cycle of Violence

The cycle of violence (Walker, 2009) in relationships is introduced to explain its different stages and cyclical characteristics. Examples of conflicts in relationships are brought by the participants. All themes worked on in weeks 3, 4 and 5 are summed back up here to help in the recognition of violent relational patterns.

Activity II: Identifying conflict situations

Participants list situations that could trigger conflicts in romantic relationships. After a couple of minutes, the group is encouraged to talk about what they have written, with the facilitators highlighting concepts regarding relational communication processes based on their examples.

Activity III: Transgenerationality and Violence

To introduce the theme of transgenerationality, participants are asked "What other people can be affected when there is an argument between the couple?", highlighting the fact that children are often present during a couple's arguments. It is then shown a video depicting adults side by side with children reproducing their violent behaviors. The impact of violence on participants' family of origin as well as their current family is then discussed.

Meeting 7 - Conflict Resolution and Accountability

Themes: Conflict Resolution, Feelings, and Accountability

Goals:

- Identifying circumstances in which situations of violence emerge.
- Promoting emotional recognition.
- Reflecting about the responsibility of one's actions and its consequences on others.

Meeting Contents

Activity I: How do I feel in a conflict situation?

In this activity, participants write, in pairs, a story centered around a conflict situation within the context of an intimate relationship. In sequence, the stories are read out loud and is talked about the influence of emotions on conflict scenarios and the different possibilities of regulating them.

Activity II: Conflict situation: which strategy to use?

The same stories from activity I are utilized as examples to explore conflict resolution strategies, discussing the different actions that could be taken to deal with each situation.

Week 8 - Conflict resolutions and communication strategies

Themes: Conflict resolution: communication strategies, and Types of resolution

Goals:

- Promoting psychoeducation about communication properties.
- Identifying new conflict resolution strategies.

Meeting Contents

Activity I: Communication properties: form and content.

The following sentence is written on the white board: “Did you find the employee rude? Talk to the manager”. The sentence must be read out loud with different intonations, which should modify its meaning. That property of communication is used to present the concepts of form and content, as well as the importance of clear communication.

Activity II: Types of conflict resolution

By highlighting the communicative processes within conflict situations, the following types of conflict resolution are presented: avoidance, submission, attack, and negotiation. The theme is then discussed by exploring participants' experiences with each strategy and critically analyzing their usage.

Week 9 –Emotional regulation skills within negotiation

Themes: Negotiation, Emotional regulation Skills

Goals:

- Revisiting concepts presented in the previous meeting.
- Encouraging discussion about emotions in the context of conflict resolution.
- Providing an opportunity for participants to practice a conflict resolution situation.

Meeting Contents

Activity I: Understanding and communicating emotions.

Emotional communication skills are presented to the group, such as: expressing tranquility, being mindful of your tone of voice and the choice of words, trusting your partner, and listening to them (Wagner et al., 2015, p 45). Based on this, the group discusses how emotions and the way you communicate them to your partner is present in conflict situations.

Activity II: Conflict resolution exercise.

A role-play exercise is proposed, in which volunteers are paired up to act out two different situations of conflict between couples proposed by the facilitators, aiming to negotiate within that context. During the performance, all participants are incentivized to intervene with suggestions, discussing the adopted strategies implementation.

Week 10 - Feelings and Emotions

Subjects: Handling emotions

Goals:

- Promoting self-awareness about basic emotions.
- Expanding participants' resources for better handling of emotions.

Meeting Contents

Activity I: Chronicle "tennis and racquetball".

To sum up effective conflict resolution strategies, a chronicle is read to the group illustrating the differences of attack and negotiation tactics in intimate relationships.

Activity II: Dealing with emotions.

The following emotions are distributed among the participants: anger, sadness, passion, jealousy, indifference, joy and fear. Participants are asked to think of situations in which they felt such emotions and encouraged to share them with the group. Exploratory questions assess emotional intensity and discuss ways to deal with such emotions and the consequences of how they respond to them.

Activity III: Mindfulness.

By stressing the importance of accepting emotions and trying to understand them, a mindfulness practice is presented and experienced to serve as a useful strategy for self-awareness.

Week 11 - Protective Resources

Theme: Internal and external protective resources, and support networks

Goals:

- Reflecting on the importance of self-care, psychosocial support network and protective factors.

Meeting Contents*Activity I: Mindfulness*

As was presented the week before, a mindfulness practice is carried out to start the meeting up.

Activity II: Protective features: what are they?

To stress the importance of protective resources and explain their role, facilitators ask participants to individually list some of their internal resources and skills that could be useful in resolving conflicts. Those are shared and discussed within the group, followed by a list of their external available resources, such as their support network.

Week 12 - Focus Group

Themes: Sexism in society, Power dynamics, Violence and Conflict resolution, Accountability, Feelings and emotions.

Goals:

- Assessing qualitatively participants' change process for pre- and post-intervention comparison.
- Resuming all worked content.
- Providing a reflective environment about the group process in its entirety.

Meeting Contents*Activity I: Focal group.*

A focal group is held within the same structure as the one on week 2, accessing the same phrases.

Activity II: Future commitments and farewells

After the discussions are held, all participants are encouraged to think about what actions they could commit in the future regarding any subjects addressed in the previous meetings. To close the meeting, they are each asked about how they could briefly summarize their experience within the intervention program.

Discussion and Final Considerations

As verified in the literature, the small, but growing number of studies exemplifying structured intervention protocols with this population and the relevance of this theme demonstrate the need for greater investments and resources to develop initiatives in this direction (Beiras et al., 2021; Goulart et al, 2020). At the end of the pilot project of the protocol, it was observed that reflections emerged regarding participant's feelings, types of conflict resolution and empathy, as well as the creation of a space of trust made it possible for members to share their frustrations, fears and personal experiences.

It was evident, from the very first meeting, the participants' difficulty in identifying their feelings when talking about a loving relationship, such as when it was explored communication in conflict situations in week 9. In this case, during the role-play activity, it was possible to illustrate how the expression of feelings in an assertive way is capable of avoiding escalations of aggression in conflict situations. Such difficulty of men in expressing feelings is highlighted in several studies (Santos et al., 2021; Silva et al., 2014). Silva et al. (2014) point out that, as boys are taught to repress feelings, anger is one of the only socially accepted for men to demonstrate, evidenced in the participants' discourse at different times. The expression of emotions and recognition of feelings, were, therefore, dealt with multiple times by the facilitators, dedicating the meeting of week 10 specifically for that purpose, where the participants brought the importance of trust and dialogue as relational factors associated with these skills. Research with professional facilitators of group interventions pointed out the importance of using different strategies that maintain the group dynamics and

transmit accountability, respect and security (Morrison et al., 2016). The authors bring up that such interactions can help minimize participants' resistance, decreasing fear of judgment and increase willingness to engage in the process.

The explanation of the Maria da Penha Law challenged all participants, expressing feelings of injustice and not identifying with the term "batterer". These issues also emerged during discussions about gender differences, when questioning the way they were treated in society and the humiliation men can feel when reporting their partner's violent acts. However, they showed no criticism of social gender constructions or evident differences of how men and women are treated. Victim blaming was brought up by the participants during discussions about violence as an ineffective conflict resolution strategy. Silva et al. (2014) notes how in the speech of most men who commit battering, the accountability of violent acts is placed on the woman. Jealousy was also pointed out by the participants as a major generator of problems in their life as a couple. As in cheating or suspected of it, being one of the main reasons for violent behavior, according to the report of male aggressors (Silva et al., 2014). The authors also highlight the relationship of these feelings with beliefs of masculinity and virility. Thus, Morrison et al. (2018) draw attention to the training of two main skills with these individuals: anger management and communication strategies, in addition to increasing awareness and accountability for the violence committed, an aspect of utmost relevance. In this sense, facilitators seek reflection on accountability, although the participants have shown considerable resistance.

In the seventh meeting, when describing conflicting situations between a couple, the stories created by the participants showed the women as the responsible for the conflicts. Throughout the intervention, only half of the participants identified possible feelings of these women in the proposed situations (anger, sadness, injustice). After the introduction of types of conflict resolution, avoidance stood out as the most common method used by participants.

In research with Latin couples, the tendency of men to use avoidance as the main strategy in the face of conflicts was evidenced, possibly due to the beliefs more rooted in gender stereotypes (Wheeler et al., 2010). In another research, conducted by Sánchez and Méndez (2015) avoidance was found as the strategy more related to posterior acts of violence, as highlighted by Colossi and Falcke (2013) avoidance becomes dysfunctional over time. Analyzing the experience in its integrity, it was accentuated that most participants reproduced rigid beliefs about the gender stereotypes in their speeches, being important to work the theme throughout all meetings. More flexible points of view regarding gender stereotypes were heavily confronted by the group even when brought up by one of the participants, challenging the facilitators multiple times. Thus, it is remarkable the great importance of discussing this theme in groups of this format. However, we highlight the importance of doing it in a non confrontational way, proposing more playful approaches to the subject for future versions of the protocol.

Another aspect to be noted was the difficulty, at multiple times, for the participants to understand the statements and orientations of the proposed dynamics. This characteristic can be understood through different factors. We emphasized here the heterogeneity of the group as well as the lack of attention of some participants in the introductory moments to the dynamics. It is fundamental the need for facilitators to pay attention and adapt to the context of the participants, while using clear and objective language in order to optimize the time of the meetings, making sure the activities are being understood.

Transgenerational violence was also evidenced, demonstrating the importance of working on how many factors learned in the family environment are reproduced in adulthood. Fitton et al. (2020) underline that the experience of family violence in childhood, either as a victim or witness, offers the individual a reference to be perpetrated, even if suffering is involved. Regarding new emotional regulation strategies, it was very evident the group's

acceptance of the proposed mindfulness. This practice has demonstrated good results in group interventions to reduce stress and assist in the management and identification of emotions (Tang et al., 2015). It is suggested that in future versions of this intervention this practice is incorporated into a greater number of meetings, from beginning to end of the process.

Considering all the thought provoking results, the intervention was thought of great value. This first experience of the protocol serves as a valuable guide for adjustments, as well as evidencing the more successful strategies to be maintained. The development of group intervention protocols for IPV can contribute to reducing the high incidence of violence cases and serves as a fundamental space for reflection and subjective changes in the male population (Beiras et al., 2021).

References

- Bastos, G., Carbonari, F., & Tavares, P. (2020). Addressing Violence against Women under COVID-19 in Brazil. <http://hdl.handle.net/10986/34379>
- Beiras, A., Martins, D. F. W., Sommariva, S. S. & Hugill, M. S. G. (2021). Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: Mapeamento, análise e recomendações. Poder Judiciário de Santa Catarina. <http://www2.tjsc.jus.br/web/academia-judicial/ebook/mapeamento-1.pdf>
- Colossi, P. M., & Falcke, D. (2013). Gritos do silêncio: A violência psicológica no casal. *Psico*, 44(3), 310-318. <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11032/10404>
- Fitton, L., Yu, R., & Fazel, S. (2020). Childhood maltreatment and violent outcomes: A systematic review and meta-analysis of prospective studies. *Trauma, Violence, & Abuse*, 21(4), 754-768. <https://doi.org/10.1177/1524838018795269>
- Goulart, A. D., Gomes, J. M. & Boeckel, M. G. (2020) Intervenções com Homens Acusados de Violência por Parceiro Íntimo: Revisão Sistemática da Literatura. *Contextos Clínicos*, São Leopoldo, 13(1), 270-292. <https://doi.org/10.4013/ctc.2020.131.13>
- Guimarães, F. L. (2015). “Ela não precisava chamar a polícia...”: anestesias relacionais e duplo-vínculos na perspectiva de homens autores de violência conjugal. [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília], Brasília, DF, Brasil.
- Machado, M. F (2014). Prevenção, atenção e enfrentamento à violência doméstica contra a mulher – Grupo Reflexivo de Gênero, uma experiência exitosa. In: Relatório Lilás (2014) *Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul*.

- Morrison, P. K., Burke, J., Cluss, P. A., Hawker, L., Miller, E., George, D., Bicehouse, T., Fleming, R., Wright, K. & Chang, J. C. (2018). The influence of batterer intervention programs on male perpetrators of intimate partner violence: Reports of change in beliefs and behaviors. *Journal of Offender Rehabilitation*, 1–19. <https://doi.org/10.1080/10509674.2018.1487900>
- Morrison, P. K., Cluss, P. A., Miller, E. P., Fleming, R., Hawker, L., Bicehouse, T., George, D., Wright, K. & Chang, J. C. (2016). Elements Needed for Quality Batterer Intervention Programs: Perspectives of Professionals Who Deal with Intimate Partner Violence. *Journal of Family Violence*, 32(5), 481–491. <https://doi.org/10.1007/s10896-016-9835-x>
- Nelson, G., & Prilleltensky, I. (2005). (Eds.) *Community Psychology: In Pursuit of Liberation and Well-being*. New York: Palgrave MacMillan
- Rede de observatório de segurança (2022). *Elas Vivem: dados de violência contra a mulher*. https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2022/03/EMBARGO-ATE-5AM-1003_REDE-DE-OBS-elas-vivem_-2.pdf
- Sánchez, M. del P. M. & Méndez, M. G. (2015). Relación Entre las Estrategias de Manejo del Conflicto y la Percepción de la Violencia Situacional en la Pareja *Revista Colombiana de Psicología*, 24(1), 99-111. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=804/80438019007>
- Santos, D. F., Lima, R. D. C. D., Demarchi, S. M., Barbosa, J. P. M., Cordeiro, M. V. D. S., Sipioni, M. E., & Andrade, M. A. C. (2021). Masculinidade em tempos de pandemia: onde o poder encolhe, a violência se instala. *Saúde e Sociedade*, 30, e200535. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200535>

- Schulz, C., & Colossi, P. M. (2020). A transmissão transgeracional dos modelos conjugais. *Pensando famílias*, 24(1), 45-64.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2020000100005
- Silva, A. C. L. G., Coelho, E. B. S., & Njaine, K. (2014). Conjugal violence: controversies in the reports of intimate partners in police investigations. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(4), 1255-1262. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014194.01202013>
- Tang, Y. Y., Hölzel, B. K. & Posner, M. I. (2015). The neuroscience of mindfulness meditation. *Nature Reviews Neuroscience*, 16, 213-225. <https://doi.org/10.1038/nrn3916>
- TEDx Talks. (2012, 14 de Outubro). *TEDxFortaleza - Maria da Penha - Uma história de vida!*. [Arquivo de Vídeo] <https://www.youtube.com/watch?v=TRsFTdaBbvs&t=568s>
- Wagner, A., Neumann, A. P., Mosmann, C., Levandowski, D. C., Falcke, D., Arpini, D., Zordan, E. P., Suárez, L., Boeckel, M. G. & Scheeren, P. (2015). 'Viver a dois: Compartilhando esse desafio': Uma proposta psicoeducativa para casais. Porto Alegre: Sinodal.
- Walker, L. E. (2009) Descriptions of Violence and the Cycle of Violence. In: *The battered woman syndrome*, 85-105. Springer publishing company.
- Wheeler, L. A., Updegraff, K. A., & Thayer, S. M. (2010). Conflict Resolution in Mexican-Origin Couples: Culture, Gender, and Marital Quality. *Journal of Marriage and Family*, 72(4), 991–1005. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2010.00744.x>

WHO, World Health Organization (2013). *Global and regional estimates of violence against women: Prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence*. Geneva.

https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/85239/9789241564625_eng.pdf;jsessionid=E7DF656ABCB6746C142AAB506FCAA490?sequence=1

WHO. (2021). *Violence against women prevalence estimates, 2018: global, regional and national prevalence estimates for intimate partner violence against women and global and regional prevalence estimates for non-partner sexual violence against women*.

<https://www.who.int/publications/i/item/9789240022256>

Seção 2

Transgeracionalidade da violência em homens acusados de violência conjugal

Anderson D. Goulart e Mariana G. Boeckel

Resumo

Em decorrência da gravidade do fenômeno da violência intrafamiliar, faz-se fundamental compreender os mecanismos transgeracionais do uso da violência e da expressão da raiva em homens acusados de violência contra a mulher, perpassado por modelos hegemônicos de masculinidade baseados na desigualdade de gênero. Por meio de uma análise temática reflexiva das falas de 33 homens com processo pela Lei Maria da Penha, identificaram-se quatro temas fundamentais para a discussão do fenômeno: experiência da violência intrafamiliar na família de origem; impactos deletérios transgeracionais da violência; resistência ao uso da violência no dia a dia e reflexões acerca da masculinidade. Os resultados reforçam a urgência de políticas públicas que contemplem a complexidade do fenômeno com vistas a interromper preventivamente sua transmissão geracional.

Palavras-chave: violência familiar, transgeracionalidade, raiva

Abstract

Due to the severity of the family violence, it is essential to understand the transgenerational mechanisms of the use of violence and the expression of anger in men accused of violence against women, permeated by hegemonic models of masculinity based on gender inequality. Through a reflective thematic analysis of the speeches of 33 men under the Maria da Penha Law, four fundamental themes were identified for the discussion of the phenomenon: family of origin intra-family violence experiences; deleterious transgenerational impacts of violence; resistance to using violence in everyday life and thoughts on masculinity. The results

reinforce the urgency of public policies that address the complexity of the phenomenon aimed at preventively interrupting its generational transmission.

Keywords: family violence, transgenerationality, anger

A família é um dos espaços primordiais de socialização dos sujeitos, na qual importantes habilidades emocionais e relacionais são transmitidas de pais para filhos. É também nesse contexto que fenômenos nocivos ao desenvolvimento podem se apresentar, tal como a violência por parceiro íntimo (VPI) e violências contra crianças e adolescentes. No levantamento realizado pela rede de observatório de segurança (2022), a VPI, compreendida enquanto qualquer tipo de ação violenta contra um parceiro íntimo, seja física, psicológica, sexual ou patrimonial (WHO, 2021), chega a representar 64% das violências sofridas por mulheres no Brasil. Entende-se, portanto, que esse fenômeno não deve ser tratado de maneira leviana enquanto objeto da vida privada do casal, mas sim, como uma grave questão de saúde pública que representa um risco à saúde da mulher e dos filhos que testemunham.

A literatura estabelece uma importante relação entre o universo conjugal e a parentalidade por intermédio da hipótese de *spillover*, a partir da qual entende-se que há um transbordamento das dificuldades conjugais para o relacionamento com os filhos (Burman & Erel, 1993). Ou seja, uma elevada qualidade conjugal produz contextos em que os pais encontram-se mais responsivos e disponíveis para seus filhos, enquanto o estresse de uma conjugalidade conturbada resulta em uma parentalidade menos presente emocionalmente, ou com maior agressividade (Burman & Erel, 1993). Dessa forma, a VPI passa a ser um importante fator de risco para a violência contra crianças e adolescentes, sobretudo por meio de práticas parentais abusivas que visam corrigir comportamentos indesejados. As consequências de maus-tratos, assim como a exposição à VPI para crianças e adolescentes estão relacionadas a sintomas de depressão, ansiedade, estresse pós-traumático e problemas de saúde física nessas populações (Chiesa et al., 2018; Fitton et al., 2020; Forke et al., 2019).

Devido ao recorte temático do presente estudo, far-se-á uso do termo “violência intrafamiliar”, englobando os conceitos de VPI, violência contra a criança e o adolescente e violência contra idosos, entendida, portanto, enquanto quaisquer ações abusivas perpetradas por pessoas da mesma família, independente do espaço físico que ocorram (Miura et al., 2018; Penso et al., 2008). A partir de uma epistemologia sistêmico novo paradigmática (Vasconcellos, 2018), compreende-se a dinâmica interacional familiar de forma relacional, tangenciando fenômenos complexos como a violência intrafamiliar a partir de causalidades circulares retroativas e recursivas (Gomes et al., 2014). É evidenciada, portanto, a dinâmica entre fatores intrapsíquicos, sociais, contextuais e históricos no microssistema familiar, que é simultaneamente produto e produtor de um legado, transmitindo aprendizados, valores e mitos para as gerações seguintes, por meio do fenômeno da transgeracionalidade (Gomes et al., 2014; Penso et al., 2008; Schulz & Colossi, 2020).

Quando o uso da violência se faz presente nesse legado familiar, os riscos de perpetuação geracional desse fenômeno aumentam expressivamente, embora os mecanismos exatos que compõem esse processo ainda não sejam totalmente compreendidos. Neste sentido, a investigação de aspectos transversais como diferenças de gênero e cultura são essenciais para detalhar os fatores de risco para perpetração de VPI na vida adulta (Gratz et al., 2009; Kimber et al., 2018). Estudos apontam que especificamente em homens, a exposição dessa forma de violência na infância é um dos fatores principais para essa herança transgeracional (Kimber et al., 2018; Ruddle et al., 2017). Na cultura ocidental, a socialização do homem é intimamente associada à dominação, a fim de reforçar dinâmicas de poder patriarcais que operam diminuindo a figura da mulher e do que é considerado feminino (Beiras et al., 2021; Santos et al., 2021). Um dos mecanismos para atingir esse objetivo é a naturalização do uso da violência por parte do homem, compondo uma masculinidade

hegemônica opressora para homens e mulheres, limitando suas vivências e aumentando o risco de violência intrafamiliar.

Neste contexto cultural, na qual predominam esses modelos opressores, não há espaço para a expressão emocional no universo masculino. A promoção de características violentas no desenvolvimento do que é ser homem, priva-o de expressar sentimentos culturalmente associados à vulnerabilidade, como a tristeza e o medo, treinando-o desde jovem a reprimir, ao invés de regular o que está sentindo (Santos et al., 2021). Essa repressão está associada a níveis mais altos de desregulação emocional, entendida aqui como formas disfuncionais de lidar com emoções, como através de descontrole comportamental frente a estressores e dificuldades em utilizar as emoções de maneira efetiva em suas relações (Gratz et al., 2009). Para isso, é importante compreender as diferentes estratégias de regulação emocional referidas por Low et al., (2017): a primeira delas é o afastamento de situações estressoras, voltado para a mudança de foco do problema, a segunda é a fixação cognitiva em experiências emocionais negativas, na qual há uma ruminação de pensamentos ansiogênicos, ou expressões exacerbadas das emoções, e, por fim, o engajamento adaptativo, relacionado a expressão e aceitação das emoções, buscando estratégias assertivas de resolução. No contexto conjugal, Low et al. (2017) indica que a resolução positiva de conflitos está muito mais relacionada à efetividade da estratégia de regulação emocional utilizada, do que a experiência de emoções negativas por si só, reforçando a importância dessas habilidades na vida adulta.

Ao encontro desses resultados, o Modelo de Vulnerabilidade, Estresse e Adaptação de Karney e Bradbury (1995) identifica três componentes das dinâmicas do casal associadas a qualidade conjugal: eventos estressantes, vulnerabilidades individuais e processos adaptativos. Segundo os autores, essas variáveis seriam circularmente relacionadas, portanto, quando um casal vivencia eventos estressantes em seu contexto, como por exemplo um desentendimento em relação a educação dos filhos, as vulnerabilidades de cada cônjuge,

como sua capacidade de regulação emocional e suas vivências na família de origem, vão influenciar no desfecho mais ou menos adaptativo da situação, que pode ser, por exemplo, o uso de violência. Dessa forma, torna-se imprescindível olhar para a história de vida dos cônjuges e suas bagagens transgeracionais para uma compreensão mais completa do fenômeno da violência intrafamiliar.

Considerando a prevalência da violência no contexto da família, a qual é perpetrada, sobretudo, por figuras masculinas, o olhar para o homem se faz muito importante. Deve-se investigar com maior profundidade a relação entre a transgeracionalidade, a expressão da raiva e o uso da violência nas vivências de homens acusados de VPI para o aperfeiçoamento de intervenções com essa população de maneira a interromper esse ciclo. Dentre as ações voltadas para essa população, destacam-se os grupos reflexivos de gênero, pautados sob uma perspectiva crítica social, os quais visam desconstruir padrões de masculinidades violentas e opressoras, podendo ser voltados tanto para a população geral, quanto para homens autores de VPI (Beiras et al., 2021; Goulart et al., 2020). Quando ocorrem com autores de VPI, funcionam sob o mesmo pressuposto de promoção à pluralidade de masculinidades, porém, visando também a interrupção e não reprodução de violências em cenários em que elas já se estabeleceram. No Brasil, o número de grupos para homens tem aumentado expressivamente, mas ainda é necessária uma maior consolidação de critérios mínimos de qualidade, capacitações e avaliações, reforçando a relevância de estudos para a consolidação científica na área (Beiras et al., 2021; Goulart et al., 2020).

Partindo dessa breve introdução, o presente estudo objetiva analisar a construção transgeracional do uso da violência e da expressão da raiva em homens acusados de violência. Os dados foram obtidos por meio da análise das informações provenientes da aplicação de uma intervenção em grupo voltada para homens autores de violência, intitulada Grupo Psicoeducativo Online com Homens Autores de Violência Contra a Mulher

(GPHAV-Online). A intervenção foi construída, pelos autores do presente artigo e grupo de pesquisa, a partir do conhecimento estabelecido pela literatura nacional e internacional, compilada em revisão sistemática por Goulart et al. (2020), adaptada para uma versão *online*. O protocolo conta com nove encontros, os quais abordam temáticas como: gênero e sociedade, vida a dois, violência, estratégias de resolução de conflitos, reconhecimento e manejo de sentimentos e responsabilização pelos atos violentos.

Método

Trata-se de um estudo transversal, de cunho exploratório e descritivo, utilizando de uma metodologia qualitativa para interpretação dos dados.

Participantes

Os participantes são provenientes de cinco edições do GPHAV-Oline, totalizando 33 homens que respondem processo pela Lei Maria da Penha por acusação de violência contra suas parceiras íntimas (ou ex-parceiras). Todos residem em uma capital no sul do Brasil, apresentam idade média de 41,8 anos (σ 10,15) e 29 (87,87%) deles possuem filhos. Referente à escolaridade dos participantes, 6 (18,18%) possuem o ensino fundamental incompleto, 1 (3%) ensino fundamental completo, 7 (21%) ensino médio incompleto, 6 (18,18%) ensino médio completo, 9 (27,27%) superior incompleto, 2 (6%) ensino superior completo e 2 (6%) pós graduação. Quanto à renda familiar, 11 (34,37%) declaram 1 a 2 salários mínimos, 15 (46,87%) de 2 a 4 salários mínimos e 6 (18,75%) mais de quatro salários mínimos e um dos participantes disse não saber. O estado civil foi declarado por eles entre: 19 (57,57%) solteiros, 6 (18,18%) separados, 4 (12,12%) união estável e 4 (12,12%) casados.

Instrumentos e procedimentos de coleta das informações

Os resultados que compõem este estudo derivam da análise de uma das atividades propostas no GPHAV-Online, o qual é composto por nove encontros semanais on-line de

1h45. Utilizou-se para tal a plataforma de reuniões Google Meet. A intervenção procura contemplar os múltiplos fatores envolvidos no fenômeno da VPI, integrando aspectos sociais, relacionais e individuais. Os dados foram coletados em cinco edições distintas que ocorreram entre o período de abril de 2021 e julho de 2022, sendo conduzidos pelo primeiro autor do presente artigo e integrante do grupo de pesquisa, ambos psicólogos. Essa atividade está inserida no oitavo encontro do programa, intitulado “Manejo da raiva”, em que os participantes são convidados a compartilharem vivências em sua infância ou adolescência, nas quais presenciaram pessoas de sua família, ou de seu contexto diário, expressando o sentimento de raiva. A intervenção teve seu áudio e vídeo gravados, sendo posteriormente transcrita em sua íntegra.

Procedimentos de análise dos dados

Utilizou-se a análise temática reflexiva, a qual é uma abordagem analítica que visa construir temas interpretativos do fenômeno estudado por meio da integração dos aportes teóricos selecionados (Braun & Clarke, 2019). O processo de análise ocorreu de maneira recursiva através da codificação indutiva do texto transcrito para a construção de temas interpretativos. Após a familiarização inicial do material através da leitura das transcrições e visualização das gravações, buscou-se codificar os dados de maneira a refletir as concepções dos participantes. Os 22 códigos resultantes foram levantados e agrupados por significado latente, construindo 4 grandes temas que buscam representar a interpretação dos autores em consonância com o referencial teórico sistêmico-relacional. Através do agrupamento dos códigos que compõem cada tema, foram também desenvolvidos 10 subtemas. Em todas as etapas desse processo, os códigos, temas e subtemas foram refinados em discussão entre os autores do artigo até atingir os resultados apresentados.

Procedimentos éticos

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade (CAAE 3226343) e está de acordo com a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde para pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Os participantes foram encaminhados por juízes e equipe responsáveis do Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de uma capital do Sul do Brasil para que participassem do grupo psicoeducativo, tendo em vista o envolvimento dos mesmos com processos enquadrados na Lei Maria da Penha. Os 33 participantes foram entrevistados individualmente e após o esclarecimento das dúvidas e a concordância com a participação na pesquisa, foi lido e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Resultados

O conteúdo codificado foi categorizado em quatro temas, sendo eles: (I) experiência da violência intrafamiliar na família de origem; (II) impactos deletérios transgeracionais da violência; (III) resistência ao uso da violência no dia a dia e; (IV) reflexões iniciais acerca da masculinidade. Abaixo são explorados os significados atribuídos aos temas e seus respectivos subtemas, representados na figura 1.

Figura 1

Temas e Subtemas



Experiência da violência intrafamiliar na família de origem

Este tema remete ao relato das experiências vividas no período da infância e adolescência dos participantes. Inclui a descrição de violências sofridas diretamente ou testemunhadas, perpetradas por seus cuidadores, sobretudo pela figura paterna, e suas reverberações na família. Esta figura é representada através do subtema “meu pai é o lado pitbull da raiva”, extraído da fala de um dos participantes para descrever a relação entre seu pai e a expressão do sentimento de raiva por meio da violência:

É, eu passei por diversas, diversos momentos desse porque meu pai era alcoólatra, meu avô era alcoólatra (...) tudo aqueles velhos da antiga, de facão sem cabo... então eles se juntavam para fazer churrasco, junções de família no domingo e acabava tudo no fim, briga de facão... *brigaçada*, meu pai agredia a minha mãe e me agredia (...).

O excerto também evidencia outro fator que compõe a figura paterna de muitos participantes, a presença do uso de álcool associada aos atos de agressão: “É, porque ele, ele batia na minha mãe por nada, chegava em casa bêbado, assim, machão (...)”. Assim como situações em que a violência não era diretamente voltada para membros da família, embora presenciada por tais, incluindo exemplos de violência física, psicológica e patrimonial, como em:

Ele ficou com muita raiva, deu dois socos em cima da TV, aí a TV ligou e daqui a pouco acho que ela desligou de novo. Aí ele pegou a TV, jogou no chão, chutou bastante, muito, muito, chutou várias e várias vezes a televisão, quebrou toda ela e jogou fora.

O tema também abrange a reação do núcleo familiar às violências sofridas, como a paralisação da família, descrita no subtema “congelamento da família frente a violência”, composto por excertos que indicam sobretudo o sentimento de medo presente no ambiente familiar. Um dos participantes fala sobre seus sentimentos frente às violências perpetradas

por seu pai, direcionadas a seu irmão: “Senti medo na época, né, era criança, tinha uns cinco anos acho. Senti medo de, acho até de acontecer comigo, né”. Outro participante revela sua percepção sobre o silenciamento da família como um todo frente à figura paterna: “Só que como a gente era muito submisso, então a gente não falava nada, a gente ficava quieto”.

Entretanto, por meio do subtema “eu tive que me meter”, nota-se, também, o expressivo senso de responsabilidade presente por parte desses filhos quando percebem-se em condições de intervir nas violências paternas:

A última vez que meu pai agrediu minha mãe dentro de casa eu tinha 15 anos, daí eu me avancei nele e falei pra ele que se ele encostasse nela ou em mim de novo, eu ia matar ele dentro de casa, ou ele ia me matar. Daí depois disso ele nunca mais levantou a mão nem pra mim, nem pra ela.

Em sua maioria os relatos descrevem o uso da violência física, ou de ameaças, para coibir a violência paterna, porém, há também tentativas através de outros recursos, como por meios financeiros: “(...) graças a Deus que com 18 anos eu consegui trabalhar e aí eu tirei minha mãe de casa... e a minha mãe até hoje mora sozinha (...)”, ou buscando as autoridades públicas responsáveis, embora nem sempre de forma exitosa:

Eu me lembro quando eu era criança, meu pai brigando com a minha mãe e começou a brigar com ela, aí eu não sei o que eu falei pra ele, ele me bateu com um facão, naquele momento eu saí correndo. Ele trabalhava com o pessoal da polícia, e eu sabia, eu fui no baile e chamei a polícia. A polícia veio e levou todos, só que não tinha Maria da Penha, essas coisas, na época. Aí ele voltou de madrugada, quebrou tudo.

Identifica-se, portanto, uma série de experiências violentas nos períodos da infância e adolescência que estruturam as dinâmicas familiares dos participantes, reverberando direta ou indiretamente seus próximos relacionamentos na vida adulta.

Impactos deletérios transgeracionais da violência

Representa os desdobramentos negativos da violência sofrida no passado nos dias atuais dos participantes. O primeiro deles compõe o subtema “dificuldades em lidar com a raiva”, que inclui o relato de concepções negativas desse sentimento, e seus esforços para reprimi-lo: “Ainda digo agora, assim, que é melhor não começar a ter raiva. Porque no momento que tu começa a ter raiva, daí é quando fica ruim, então é melhor já não ter a raiva antes, né”. Também é presente, embora em menor expressividade no discurso, falas que revelam atos violentos praticados pelos participantes em momentos de fúria, explicitando os desafios para lidar com esse sentimento: “Exatamente, eu ameacei ela, e querendo ou não, um pouco do, dessa minha ameaça a gente tá aqui hoje, né”. Além disso, são descritos os principais motivos causadores de raiva nos participantes, fazendo-se predominante o intenso incômodo em cenários de injustiça, seja com eles próprios, ou com pessoas em vulnerabilidade: “Pode ser quem for, pode ser, eu não sei, um filho ou alguma coisa gritando com uma senhora velhinha, eu não posso, não posso”.

Corroborando com as consequências do primeiro subtema emerge a “evitação e fuga para lidar com o conflito” como o segundo subtema. A dificuldade de manejo da raiva frente situações de conflito intra e extrafamiliar, quando não se faz presente o uso da violência, a fuga e a evitação mostram-se como a estratégia viável: “eu tive uns, tive algumas vezes com muita raiva quando tava com a minha ex mulher, mas virei as costas e saí, né”. Há ainda a presença de atitudes complementares em alguns excertos, como em: “dar um tempo, esfriar a cabeça para tentar ir conversar”. Porém, é apontado pelos participantes que nem sempre é possível negociar após os desentendimentos: “Muitas vezes a gente acaba, acaba guardando as coisas que teve um problema, às vezes teve raiva e tá, vou deixar pra lá, daí depois não, acaba não retomando, acaba acumulando aquilo e chega uma hora que...”.

O tema também aponta uma limitação dos homens na percepção das violências sofridas e perpetradas, por vezes minimizando a gravidade de formas de violência não física,

compondo o subtema “naturalização das violências sofridas e perpetradas”: “É, é que nem eu digo, a situação em que eu estou aí hoje, simplesmente não por agressão de nada, simplesmente por palavras, né”. Os excertos do subtema indicam também um processo de naturalização da violência testemunhada no passado: “Como era uma família grande assim, então mais era de brincadeira, deboche uns dos outros (...) mas quando a gente chegava do futebol todo sujo, aí a minha mãe sentava a chinela na gente (risos)”. Por meio do tema e seus subtemas, são evidentes alguns dos desdobramentos possivelmente relacionados às vivências dos participantes em sua família de origem, apontando uma série de fatores de risco para a perpetuação da violência enquanto legado familiar, dificultando um desfecho diferente.

Reflexões iniciais acerca da masculinidade

Por fim, apresenta-se um tema de conteúdo transversal que evidencia os aspectos sociais de vivências descritas pelos participantes, ao longo de suas histórias de vida e nos tempos atuais: suas concepções e início de reflexões acerca da masculinidade. Utiliza-se o termo “masculinidade”, no singular, ao nomear o tema, refletindo a concepção hegemônica destacada pelos participantes. No Subtema “crítica à masculinidade hegemônica” estão presentes excertos que associam a masculinidade à superioridade hierárquica do homem através do uso da violência dentro e fora da família, trazida pelos participantes em tom crítico, como em: “e tinha muito a ver com o tal do machismo que a gente conversou, o machismo... né, que tu tinha que brigar, tu tinha que te defender senão apanhava na rua, apanhava em casa de novo...”.

Evidencia-se também seu olhar crítico acerca do abuso de poder por parte figura masculina violenta no ambiente familiar: “até na época já, eu já tinha o entendimento que meu pai na verdade não era raiva, ele era "provalecido"... porque na rua era uma pessoa sensacional assim, as pessoas, todo mundo adorava ele (...). No entanto, o subtema “não existe mais machismo” inclui excertos nos quais os participantes negam a existência, ou

minimizam os impactos do machismo na sociedade atual, considerando o fenômeno como algo já superado: “essa educação antiga que eu digo que tá mudando, nós temos mais informação hoje em dia, não lida da mesma maneira que a gente usava há quase 50 anos atrás...”. Cabe salientar que esses dois subtemas evidenciam suas concepções acerca das masculinidades a partir da intervenção GPAHV-Online, trazendo o início de reflexões, as quais são muito pertinentes.

Resistência ao uso da violência no dia a dia

Outra faceta temática envolve o esforço dos participantes em evitar o uso da violência em suas vidas atuais. Nesse sentido, no subtema “concepção negativa da violência” estão presentes excertos envolvendo concepções negativas acerca do uso da violência para resolução de conflitos: “a gente vai aprendendo essas coisas assim que, não é só no grito, na palavra, no rompante, falando grosso que vai resolver a situação, não é assim”. Além disso, o subtema revela o desejo de não perpetuação da violência intrafamiliar transgeracionalmente: “e daí, claro, o que a gente passou a gente não quer que o nossos filhos passem né, tanto que meus filhos não tomam tapa, não, não... boto de castigo, mas eu não agrido eles”. A figura materna dos participantes, muitas vezes vítima de violência, também se faz presente nos excertos ao representar esse desejo de interrupção da violência:

Porque o meu pai já, eu sempre ouvia bastante ele brigar com a minha mãe, mas o pouquinho que eu aprendi e que minha mãe me ensinou, só ela me ensinou, a ter o respeito com as pessoas, sabe (...) Talvez ela me ensinasse isso aí porque ela passava com ele, né.

Já o segundo subtema, “tentativa de não reprodução da violência”, representa o esforço para evitar o uso da violência em suas vidas atualmente, através de tentativas de autorregulação da própria raiva:

Eu quando eu tenho raiva eu não gosto de, como é que eu vou te falar assim, eu tenho que fazer alguma coisa, eu tenho que, ou limpar carro, ou lavar louça, pegar uma vassoura varrer, fazer alguma para raiva sair.

No entanto, nem sempre os recursos escolhidos são os mais assertivos, como reflete um dos participantes: “antes eu bebia, antes eu bebia bastante, eu ficava com... bebia pra se matar assim né, pra acabar, mas acabou que às vezes piorava né”. A falta de efetividade de muitas estratégias descritas denuncia a fragilidade no manejo dos sentimentos e impulsos dentre os homens aqui participantes.

Discussão

É por intermédio das relações intergeracionais que são transmitidos valores e crenças familiares, impactando na maneira dos sujeitos compreenderem a si mesmos e relacionarem-se com o mundo. Esse processo é compreendido por meio do conceito de transgeracionalidade, que opera a partir de uma memória familiar presente em cada membro do casal, vinculada ao que lhe foi transmitido e vivenciado em sua família de origem, gerando um legado familiar para as futuras gerações (Penso et al., 2008). Percebe-se, portanto, uma tendência à repetição de padrões familiares, mesmo aqueles operantes de maneira disfuncional, explicados tanto por uma familiaridade do que é conhecido, quanto pelo desejo de obter um desfecho diferente (Schulz & Colossi, 2020). Gomes (2014) relaciona a escolha de parceiros pautada no preenchimento de lacunas afetivas ou de eventos traumáticos vividos na família de origem, como fatores importantes para vínculos conjugais de natureza mais patológica e conflitos mais intensos. Neste sentido, considera-se pertinente o olhar da transgeracionalidade para os impactos das vivências de violência relatadas pelos participantes deste estudo, no período da infância e adolescência, e seus possíveis desdobramentos na vida adulta.

Perante a figura paterna masculina violenta (subtema “meu pai é o lado pitbull da raiva”), os homens participantes descrevem o congelamento do sistema familiar (subtema “congelamento da família frente a violência”), que preserva seu funcionamento homeostático disfuncional através de mecanismos regulatórios auto protetivos (Vasconcellos, 2018). Essa paralisação permeada pelo medo predominante em relação ao pai, quando associada às graves violências sofridas e presenciadas, revela o contexto de estresse intenso presente no lar da infância dos homens participantes da presente pesquisa. No estudo de Vilariño (2022), crianças vítimas de maus tratos apresentam uma maior vulnerabilidade para depressão (41,08%), ansiedade (41,08%) e externalização violenta da raiva (82,62%) em relação ao grupo controle do estudo. Esses resultados vão ao encontro da metanálise de Norman et al. (2012), que indica um risco dobrado para o desenvolvimento de desfechos adversos de saúde mental em crianças vítimas de violência física, emocional e negligência. Importante destacar que a própria exposição à VPI também pode ser configurada enquanto uma forma de violência, sendo fator de risco para o desenvolvimento de psicopatologias, reprodução de comportamento violento e adoecimento físico (Fitton et al., 2020; Forke et al., 2019).

Os sintomas externalizantes são identificados também em contextos extrafamiliares, indicando uma tendência à efeito *spillover* sobretudo de reprodução da violência sofrida (Lavi et al., 2019; Nobre et al., 2018). Essa reprodução é contemplada pelos resultados em “meu pai é o lado pitbull da raiva”, no qual a fim de reforçar estereótipos associados à masculinidade hegemônica, os meninos são motivados a utilizarem da violência para lidarem com conflitos entre pares, sob ameaça de serem revitimizados em casa (Nobre et al., 2018; Santos et al., 2021), impactando, sem dúvida, em sua adequada regulação emocional.

A violência no ambiente familiar gera um estresse em todos ali presentes, impactando na saúde mental e, também, nos papéis desempenhados pelos familiares. Referente a esses, observa-se o processo de parentificação do filho homem mais velho (subtema “eu tive que me

meter”), agindo enquanto mais um recurso compensatório para a sobrevivência da família. Nesse fenômeno, a criança ou adolescente mobiliza os cuidados na direção dos pais, ao invés de recebê-los dos mesmos, exercitando assim uma função parental (Schier, 2015). A parentificação descrita nos resultados busca compensar a presença paterna violenta reforçando o suporte à mãe no cuidado com os irmãos, além de protegê-la ativamente das violências sofridas, a serviço da manutenção da integridade do sistema familiar. Foram relatados pelos participantes do presente estudo recursos como: a busca de órgãos competentes, a independência financeira e, em maior prevalência, o próprio uso de violência contra o pai. Quando excede as capacidades da criança ou adolescente, a parentificação se torna destrutiva, em um processo que diminui sua autoestima, podendo ter efeitos deletérios duradouros, sendo identificada em famílias com histórico de violências graves, como as descritas no presente estudo (Penso et al., 2008; Schier, 2015).

Durante a infância, esse fenômeno costuma estar associado a sentimentos de traição e culpa direcionados à mãe, por não ser capaz de proteger a família das violências (Fortin & Lachance, 2011), porém, isso não foi encontrado na fala dos participantes. Ao contrário, foram relatados vínculos fortes com a figura materna, servindo como motivador para o uso de violência contra o pai para protegê-la. Miranda et al. (2022) apontam que ações mais diretas frente a violência se tornam mais comuns a partir da adolescência, como a busca de ajuda externa, a tomada de ações durante ou depois dos episódios de violência e o desenvolvimento de mecanismos para tentar preveni-los. À medida que os filhos percebem a violência sofrida na família, assim como percebem-se mais capazes de intervir, pode ocorrer essa mudança de estratégia de enfrentamento para lidar com a violência, aproximando-se do que foi identificado nos resultados do presente estudo.

Além disso, é necessário refletir acerca do atravessamento social desse fenômeno, ou seja, o filho homem em defesa da mãe. A figura feminina é paradoxal perante o patriarcado,

pois ao mesmo tempo que ganha aparente status e reconhecimento quando associada a maternidade, não perde sua condição de mulher, ou seja, frágil e submissa, necessitando ser protegida (de Oliveira & Pelloso, 2004). Somado a isso, as dinâmicas de disputa masculina, em alusão ao “macho alfa” da família, que representa o ideal hegemônico de homem forte e dominador, podem auxiliar na compreensão dos mecanismos que levaram os participantes, homens, a esse papel protetor no sistema, tomando o controle do pai autor de violência em defesa da mãe (Beiras et al., 2021; Santos et al., 2021).

Já no que concerne à reprodução da violência intrafamiliar experienciada durante a infância e adolescência em relacionamentos na vida adulta, metanálises indicam uma literatura ainda em desenvolvimento em função de uma série de fatores, como: diferenças culturais das populações dos estudos, enviesamento amostral por uso de população clínica, prevalência de estudos retrospectivos de autorrelato e diferentes formas de quantificar e classificar as exposições à VPI (Fitton et al., 2020; Jung et al., 2019; Kimber et al., 2018). Porém, ainda que os mecanismos exatos de reprodução da violência não estejam totalmente mapeados, é estabelecido que fatores transgeracionais são elementos chave para a compreensão do fenômeno, podendo aumentar em até quatro vezes o risco de reprodução de VPI na vida adulta (Jung et al., 2019). Enquanto alguns estudos estabelecem a exposição à VPI como fator preditor mais forte para reprodução de violência na adultez, outros apontam o contexto psicossocial do desenvolvimento da criança enquanto o principal mediador dessa relação (Jung et al., 2019). Há ainda um possível atravessamento de gênero, indicando que tanto a presença de maus tratos na infância, quanto a exposição à VPI, seriam preditores mais fortes de VPI na vida adulta para meninos do que para meninas. Forke et al. (2019) também reforça a potência transgeracional da VPI, indicando que filhos de pais que testemunharam VPI em sua família de origem, também, apresentariam maior risco de reprodução de

violência em seus relacionamentos adultos, mesmo sem uma exposição direta a essas violências.

Os resultados provenientes do presente estudo possibilitam algumas hipóteses acerca da construção deste legado transgeracional da violência. Através do subtema “dificuldades em lidar com a raiva”, são evidenciados possíveis desfechos negativos da violência intrafamiliar na regulação emocional dos participantes. Estudos relacionam a exposição à VPI a maiores índices de desregulação emocional em crianças (Lavi et al., 2019), enquanto o histórico de maus tratos mostra-se relacionado a níveis mais altos de agressividade nas mesmas (Bender et al., 2022). Sendo a infância uma fase crítica para o desenvolvimento de competências socioemocionais, entende-se que a experiência de violência intrafamiliar pode acarretar consequências duradouras, estando relacionada a desfechos negativos de saúde mental (Fitton et al., 2020; Kimber et al., 2018) e em seu modelo relacional (Schulz & Colossi, 2020) na adultez. O estudo de Gratz et al. (2009), explora a relação entre maus tratos infantis e IPV na adultez, identificando a desregulação emocional correlacionada positivamente com a perpetração de VPI em homens, inclusive mediando a frequência dos atos violentos. Ruddle et al. (2017) também sugerem que, dentre as dificuldades de regulação emocional, o manejo da raiva em específico pode ser um dos conectores entre a violência intrafamiliar sofrida na infância e a perpetração de violência na vida adulta, ao encontro dos resultados do presente estudo.

Neste sentido e conforme pode-se verificar nos resultados, a raiva é vista pelos participantes com um significado bastante negativo, equiparada à violência, de forma que há um imenso esforço em expurgá-la do ambiente familiar, reprimindo esse sentimento ao invés de regulá-lo. A repressão da raiva, assim como a externalização agressiva desse sentimento, apresentam uma correlação negativa com comportamentos interpessoais funcionais durante uma discussão conjugal (Vater & Schröder-abé, 2015). Disfuncionalidades na regulação

emocional de cada sujeito no casal estão associadas a diminuição da satisfação conjugal (Vater & Schröder-abé, 2015), que, por sua vez, é identificada enquanto forte preditor para o uso de violência física por parte do homem em relacionamentos (Haack et al., 2018).

Complementando esse entendimento acerca das dificuldades de regulação emocional, os resultados apontam para a utilização de estratégias de evitação e fuga por parte dos participantes para lidar com conflitos interpessoais dentro e fora da família (subtema: “evitação e fuga para lidar com o conflito”). Esse padrão, quando presente na relação conjugal, é denominado “demanda e recuo”, ocorrendo quando um dos cônjuges tenta discutir sobre os problemas, enquanto o outro recusa, ou ignora o parceiro (Penso & Costa, 2008). Em estudo com 751 casais de população não clínica, Falcke et al. (2013) relacionam o uso de estratégias de evitação à presença de violência no relacionamento, evidenciando correlações positivas com: agressão psicológica menor, agressão psicológica grave, violência física menor, injúria menor e negativas com estratégias construtivas como a negociação. A estratégia de evitação, ainda que possa apresentar uma função protetiva na escalada de violências graves, está associada ao acúmulo de sentimentos negativos do parceiro que recua, ao mesmo tempo que pode gerar uma percepção de invalidez emocional no parceiro ignorado (Falcke et al., 2013). Isso ocorre sobretudo quando o sujeito que ativamente recua do conflito não é capaz de retomar posteriormente os motivos do problema inicial com o parceiro, buscando maneiras colaborativas de resolução através da expressão adequada de seus sentimentos (Low et al., 2019). Ao associarmos as dificuldades de manejo emocional em vítimas de violência intrafamiliar com o uso de estratégias evitativas de resolução de conflitos conjugais, temos uma combinação muito perigosa, pois a regulação apropriada de sentimentos é necessária para que o casal possa engajar em resoluções de conflito construtivas (Low et al., 2019). Dessa forma, compreende-se que a proeminência dessa estratégia nos dados analisados, associada às dificuldades de regulação emocional, podem

ajudar a explicar a transgeracionalidade das violências sofridas e perpetradas no âmbito conjugal.

Destaca-se que mesmo considerando o modelo interpretativo que contempla a historicidade familiar dos participantes, é através de processos reflexivos e responsabilizantes acerca dos diferentes fatores constituintes do ciclo de violência na família que esse legado pode ser interrompido (Beiras et al., 2021). Nesse sentido, nota-se que embora muitos dos participantes reconheçam a gravidade do que foi vivenciado na infância a ponto de reprovarem categoricamente o uso da violência, também apresentam mecanismos de negação intensos no que tange o reconhecimento e responsabilização da própria violência perpetrada na vida adulta (subtema “naturalização das violências sofridas e perpetradas”). A negação, ou minimização dos atos violentos cometidos, é uma característica dessa população, sendo um dos principais dificultadores das intervenções voltadas para homens autores de VPI (Morrison et al., 2021). Ao associarmos essa característica com o histórico de violências na família de origem, pode-se pensar que a negação tem como função a tentativa de diferenciar-se desse legado familiar, embora fatores sociais relacionados à legitimação do uso da violência masculina também devam ser considerados (Beiras et al., 2021; Schulz & Colossi, 2020). O fenômeno de minimização ocorre mesmo referente à própria percepção de violências sofridas na infância, podendo estar presente em até 71% de adolescentes homens que foram violentados, conforme estudo de Yalim e Sezgin (2015), o que igualmente pode ser complementada com uma leitura social na qual o homem seria proibido de demonstrar fraqueza.

Ao analisarmos todos os resultados até então discutidos, é fundamental evidenciar esses atravessamentos das concepções de masculinidade apreendidas ao longo da experiência de vida dos participantes, mediadora de todos esses fatores. A masculinidade hegemônica, ou seja, o conjunto de regras sociais estabelecidas em um determinado recorte de tempo,

construídas para legitimar as desigualdades de gênero, caracteriza os homens como figuras inabaláveis, violentas, que reprimem seus sentimentos, provém financeiramente a família e afastam-se de características ditas femininas (Beiras et al., 2021; Santos et al., 2021). Da Silva et al. (2021) identificam em homens acusados de VPI constructos de masculinidade majoritariamente associados ao patriarcado durante a infância e adolescência, tais como: distanciamento de brincadeiras consideradas femininas, embotamento afetivo, impulsividade, infidelidade, provisão familiar e violência intrafamiliar.

No presente estudo, percebe-se a expressão de falas de conotação negativa referentes a esse modelo de masculinidade, agrupadas no subtema “crítica à masculinidade hegemônica”, evidenciando um modesto reconhecimento crítico acerca do machismo presente em seu próprio desenvolvimento e suas consequências nas relações intra e extrafamiliares. No entanto, exceto em suas expressões mais explícitas, percebe-se uma minimização das formas que esse fenômeno age estruturalmente na sociedade ainda nos dias atuais, apresentando-se longe de ter sido resolvido (subtema “não existe mais machismo”). Rollero et al. (2021) indicam que embora a maioria dos homens se posicionem criticamente a formas de violência física contra mulheres, apresentam uma aceitação muito maior para abuso emocional e comportamentos limitadores de liberdade, como por exemplo ditar o que podem, ou não, vestir, quais locais podem frequentar, restringindo sua autonomia e independência. Guerrero-Molina et al. (2021), em estudo com 129 homens encarcerados por VPI, apontam uma tendência dessa população em apresentar ações de “sexismo benevolente”, ou seja, atitudes expressas em um tom positivo em relação às mulheres, porém, que as colocam em posições de fraqueza e inferioridade. Essas atitudes condicionam o respeito às mulheres à sua adequação aos estereótipos de gênero voltados para a submissão e subordinação feminina, oprimindo e reforçando desigualdades de gênero. Esses achados, em congruência com as falas levantadas no presente estudo, reforçam o papel dos aspectos

sociais desse fenômeno, que naturalizam o machismo e a desigualdade, ainda que exista uma crítica superficial acerca desses processos. Ademais, é importante considerar dois pontos: primeiramente as respostas dos participantes emergiram de um protocolo psicoeducativo, ou seja, a temática machismo foi trabalhada no grupo de homens e suas respostas podem ser provenientes da intervenção. E a crítica que apareceu nos discursos pode ser decorrente de processos de desajustabilidade social (Sugarman & Hotaling, 1997), a qual envia o posicionamento dos participantes para o que seria mais correto, desejável e aceitável socialmente, especialmente considerando o contexto no qual os participantes se encontram - em acusação por violência doméstica.

Finalmente, a partir das experiências de violência sofridas ou testemunhadas na infância, que contribuem para os impactos deletérios discutidos, surge também um movimento de resistência e tentativa de não reprodução transgeracional (tema “resistência ao uso da violência no dia a dia”). Esse fenômeno esteve presente nos relatos acerca das falas das mães dos participantes que sofriram violência dos parceiros, as quais buscavam ensinar o respeito e a não utilização de violência. Gerino et al. (2018) destaca o importante papel do suporte social como fator protetivo para o fenômeno de VPI, assim como a busca por serviços que ofereçam suporte e informação sobre as dinâmicas da violência. Estudos indicam que embora seja um fator de risco muito grave, a presença de violência intrafamiliar na família de origem não é determinística para sua reprodução em gerações seguintes (Fitton et al., 2020; Kimber et al., 2018); no entanto, os resultados do presente estudo sugerem que esse histórico familiar é predominante no recorte de famílias em que esses padrões já se repetiram .

Na amostra do presente artigo, oriunda de um grupo voltado para homens acusados de VPI, todos os participantes estão respondendo por um processo de violência contra uma parceira amorosa, evidenciando que o desejo de fazer diferente encontrado nos resultados, embora fundamental, pode ser insuficiente quando não encontra espaços e recursos que

ajudem a concretizá-lo. Ademais, visto que a responsabilização por seus próprios atos violentos é fundamental para iniciar um processo de mudança, deve-se considerar o atravessamento da deseabilidade social presente nessa população, exigindo intervenções acolhedoras e reflexivas. Dessa forma, são imprescindíveis políticas e ações públicas voltadas à conscientização, reflexão e construção de novas masculinidades, incentivando a criação e ampliação de grupos reflexivos para homens, tanto na esfera de prevenção para a população geral, quanto para homens já envolvidos com a Lei Maria da Penha.

Considerações Finais

Os resultados indicam que a perpetuação da violência intrafamiliar ocorre não linearmente, atravessada por experiências traumáticas de violência na infância, reproduções de uma masculinidade opressora sem espaços para reflexão, dificuldades para regular os próprios sentimentos e um empobrecido repertório de estratégias para resolução de conflitos conjugais. Identifica-se nesses fatores uma série de vulnerabilidades individuais associadas à história de vida desses homens, que frente os eventos estressantes inerentes ao relacionamento amoroso, somado às vulnerabilidades das parceiras, acabam por utilizar a violência de maneira desadaptativa para a saúde da família, em conformidade com o Modelo de Vulnerabilidade, Estresse e Adaptação de Karney e Bradbury (1995). Todos esses fatores interagem de maneira complexa e recursiva, criando um ciclo de difícil interrupção e consequências devastadoras para o próprio homem, para a sua família e para a sociedade em termos de manutenção de estruturas patriarcais.

Dessa forma, pode-se entender uma construção transgeracional do uso da violência e da expressão da raiva pautada na tentativa ineficiente de não reprodução da violência paterna transgeracional, marcada por uma série de lacunas afetivas, cognitivas e comportamentais. Em função disso, os participantes encontram-se responsáveis por construir justamente o cenário que, muitas vezes, procuravam evitar: acusados de agressão às suas próprias

parceiras. A gravidade e persistência desse fenômeno reforça a necessidade de mais estudos voltados para a população masculina vítima de violência intrafamiliar na infância e adolescência, de forma a aprofundar o entendimento acerca dos mecanismos que perpetuam esse ciclo, assim como os que auxiliam em sua interrupção, aperfeiçoando intervenções com essa realidade.

Reconhece-se, também, as limitações deste estudo, pois ao realizar um recorte de uma atividade da intervenção que gerou os dados, atravessamentos do grupo e da própria intervenção estão presentes, os quais serão alvo de próximos estudos. Outra questão importante no que tange às limitações refere-se aos processos de desajustabilidade social. Discursos acerca do que é mais aceitável e correto socialmente certamente estão presentes nos resultados; no entanto, vale destacar que, justamente por ser um grupo interventivo semanal, o vínculo fez-se presente, facilitando que os homens emitissem suas opiniões acerca dos processos de forma mais confortável do que em uma entrevista singular, por exemplo.

Os resultados encontrados reforçam a suma importância de espaços seguros de escuta, reflexão e responsabilização para homens autores de VPI. Estudos brasileiros acerca de intervenções com homens nesta realidade são fundamentais para a erradicação da violência na esfera privada do lar, assim como ações com vistas à igualdade de gênero. Urgem políticas públicas que incluam todos os envolvidos na violência conjugal, mulheres, homens e crianças/adolescentes que testemunham, com vistas a interromper preventivamente sua transmissão geracional.

Referências

- Beiras, A., Martins, D. F. W., Sommariva, S. S. & Hugill, M. S. G. (2021). Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: Mapeamento, análise e recomendações. Poder Judiciário de Santa Catarina. <http://www2.tjsc.jus.br/web/academia-judicial/ebook/mapeamento-1.pdf>
- Bender, A. E., McKinney, S. J., Schmidt-Sane, M. M., Cage, J., Holmes, M. R., Berg, K. A., ... & Voith, L. A. (2022). Childhood exposure to intimate partner violence and effects on social-emotional competence: A systematic review. *Journal of Family Violence*, 37, 1-19. <https://doi.org/10.1007/s10896-021-00315-z>
- Braun, V., & Clarke, V. (2019). Reflecting on reflexive thematic analysis. *Qualitative research in sport, exercise and health*, 11(4), 589-597. <https://doi.org/10.1080/2159676X.2019.1628806>
- Burman, B., & Erel, O. (1993). The Linkage between Marital Quality and the Parent-Child Relationship: A Meta-Analysis. <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED356894.pdf>
- Chiesa, A. E., Kallechey, L., Harlaar, N., Ford, C. R., Garrido, E. F., Betts, W. R., & Maguire, S. (2018). Intimate partner violence victimization and parenting: A systematic review. *Child abuse & neglect*, 80, 285-300. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.03.028>
- da Silva, A. F., Estrela, F. M., Magalhães, J. R. F., Pereira, Á., Gomes, N. P., da Silva Oliveira, M. A., & de Azevedo Lima, V. L. (2021). Masculinidade apreendida na infância/adolescência de homens em processo criminal por violência conjugal. *Revista baina de Enfermagem*, 35. <https://doi.org/10.18471/rbe.v35.43184>
- de Oliveira, A. F., & Pelloso, S. M. (2004). Paradoxo e conflitos frente ao direito de ser mulher. *Acta Scientiarum. Health Sciences*, 26(2), 279-286. <https://doi.org/10.4025/actascihealthsci.v26i2.1578>

- Falcke, D.; Wagner, A., Mosmann, C. (2013) Estratégias de resolução de conflito e violência conjugal. Em Féres-Carneiro (Org.), *Casal e Família: Transmissão, Conflito e Violência* (159-176). Casa do Psicólogo.
- Fitton, L., Yu, R., & Fazel, S. (2020). Childhood maltreatment and violent outcomes: A systematic review and meta-analysis of prospective studies. *Trauma, Violence, & Abuse, 21*(4), 754-768. <https://doi.org/10.1177/1524838018795269>
- Forke, C. M., Catalozzi, M., Localio, A. R., Grisso, J. A., Wiebe, D. J., & Fein, J. A. (2019). Intergenerational effects of witnessing domestic violence: Health of the witnesses and their children. *Preventive medicine reports, 15*, 100942. <https://doi.org/10.1016/j.pmedr.2019.100942>
- Fortin, A., & Lachance, L. (2011). La parentification chez l'enfant exposé à la violence conjugale. *La revue internationale de l'éducation familiale, 29*, 63-86. <https://doi.org/10.3917/rief.029.0063>
- Gerino, E., Calderera, A. M., Curti, L., Brustia, P., & Rollè, L. (2018). Intimate partner violence in the golden age: Systematic review of risk and protective factors. *Frontiers in psychology, 9*, 1595. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.01595>
- Gomes, I. C. (2014). Conflictos conyugales en la contemporaneidad y transmisión psíquica: investigación e intervención con parejas. *Subjetividad y procesos cognitivos, 18*(1), 122-140. <http://www.scielo.org.ar/pdf/spc/v18n1/v18n1a05.pdf>
- Gomes, L. B., Bolze, S. D. A., Bueno, R. K., & Crepaldi, M. A. (2014). As origens do pensamento sistêmico: das partes para o todo. *Pensando famílias, 18*(2), 3-16. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X201400020002

- Goulart, A. D., Gomes, J. M., & Boeckel, M. G. (2020). Interventions with Men accused of Intimate Partner Violence: Systematic Literature Review. *Contextos Clínicos*, 13(1), 270-292. <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2020.131.13>
- Gratz, K. L., Paulson, A., Jakupcak, M., & Tull, M. T. (2009). Exploring the relationship between childhood maltreatment and intimate partner abuse: Gender differences in the mediating role of emotion dysregulation. *Violence and Victims*, 24(1), 68-82. <http://dx.doi.org/10.1891/0886-6708.24.1.68>
- Guerrero-Molina, M., Moreno-Manso, J. M., Guerrero-Barona, E., García-Baamonde, M., Cruz-Márquez, B., & Bueso-Izquierdo, N. (2021). Aggressors condemned for intimate partner violence: Sexist attitudes and distorted thoughts about women and the use of violence. *Curr Psychol*. <https://doi.org/10.1007/s12144-021-01473-5>
- Haack, K. R., Pressi, J., & Falcke, D. (2018). Predictors of Marital Physical Violence: Personal and Relational Characteristics. *Psico-USF*, 23, 241-252. <https://doi.org/10.1590/1413-82712018230205>
- Jung, H., Herrenkohl, T. I., Skinner, M. L., Lee, J. O., Klika, J. B., & Rousson, A. N. (2019). Gender differences in intimate partner violence: A predictive analysis of IPV by child abuse and domestic violence exposure during early childhood. *Violence against women*, 25(8), 903-924. <https://doi.org/10.1177/1077801218796329>
- Karney, B. R., & Bradbury, T. N. (1995). The longitudinal course of marital quality and stability: A review of theory, methods, and research. *Psychological bulletin*, 118(1), 3. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.118.1.3>
- Kimber, M., Adham, S., Gill, S., McTavish, J., & MacMillan, H. L. (2018). The association between child exposure to intimate partner violence (IPV) and perpetration of IPV in adulthood—A systematic review. *Child abuse & neglect*, 76, 273-286. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2017.11.007>

- Lavi, I., Katz, L. F., Ozer, E. J., & Gross, J. J. (2019). Emotion reactivity and regulation in maltreated children: A meta-analysis. *Child development, 90*(5), 1503-1524.
<https://doi.org/10.1111/cdev.13272>
- Low, R. S., Overall, N. C., Cross, E. J., & Henderson, A. M. (2019). Emotion regulation, conflict resolution, and spillover on subsequent family functioning. *Emotion, 19*(7), 1162. <https://doi.org/10.1037/emo0000519>
- Miranda, J.K., Olivares, N. & Crockett, M.A. Growing Up with Intimate Partner Violence at Home: Adolescents' Narratives on Their Coping Strategies. *J Fam Viol* (2022).
<https://doi.org/10.1007/s10896-021-00345-7>
- Miura, P. O., Silva, A. C. D. S., Pedrosa, M. M. M. P., Costa, M. L., & Nobre Filho, J. N. (2018). Violência doméstica ou violência intrafamiliar: análise dos termos. *Psicologia & Sociedade, 30*, e179670. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30i179670>
- Morrison, P. K., Hawker, L., Cluss, P. A., Miller, E., Fleming, R., Bicehouse, T., ... & Chang, J. C. (2021). The challenges of working with men who perpetrate partner violence: Perspectives and observations of experts who work with batterer intervention programs. *Journal of interpersonal violence, 36*(7-8), NP3524-NP3546.
<https://doi.org/10.1177/0886260518778258>
- Nobre, C. S., Vieira, L. J. E. D. S., Noronha, C. V., & Frota, M. A. (2018). Fatores associados à violência interpessoal entre crianças de escolas públicas de Fortaleza, Ceará, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva, 23*, 4299-4309.
<https://doi.org/10.1590/1413-812320182312.29222016>
- Norman, R. E., Byambaa, M., De, R., Butchart, A., Scott, J., & Vos, T. (2012). The long-term health consequences of child physical abuse, emotional abuse, and neglect: a systematic review and meta-analysis. *PLoS medicine, 9*(11), e1001349.
<https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1001349>

- Penso, M. A., & Costa, L. F. (Orgs.). (2008). *A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção*. Summus Editorial.
- Rede de observatório de segurança (2022). *Elas Vivem: dados de violência contra a mulher*.
https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2022/03/EMBARGO-ATE-5AM-1003_REDE-DE-OBS-elas-vivem_-2.pdf
- Rollero, C., Bergagna, E., & Tartaglia, S. (2021). What is violence? The role of sexism and social dominance orientation in recognizing violence against women. *Journal of interpersonal violence*, 36(21-22), NP11349-NP11366.
<https://doi.org/10.1177%2F0886260519888525>
- Ruddle, A., Pina, A., & Vasquez, E. (2017). Domestic violence offending behaviors: A review of the literature examining childhood exposure, implicit theories, trait aggression and anger rumination as predictive factors. *Aggression and Violent Behavior*, 34, 154-165. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2017.01.016>
- Santos, D. F., Lima, R. D. C. D., Demarchi, S. M., Barbosa, J. P. M., Cordeiro, M. V. D. S., Sipioni, M. E., & Andrade, M. A. C. (2021). Masculinidade em tempos de pandemia: onde o poder encolhe, a violência se instala. *Saúde e Sociedade*, 30, e200535.
<https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200535>
- Schier, K., Herke, M., Nickel, R., Egle, U. T., & Hardt, J. (2015). Long-term sequelae of emotional parentification: A cross-validation study using sequences of regressions. *Journal of Child and Family Studies*, 24(5), 1307-1321.
<https://doi.org/10.1007/s10826-014-9938-z>
- Schulz, C., & Colossi, P. M. (2020). A transmissão transgeracional dos modelos conjugais. *Pensando famílias*, 24(1), 45-64.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X202000010005

- Sugarman, D. B., & Hotaling, G. T. (1997). Intimate violence and social desirability: A meta-analytic review. *Journal of Interpersonal Violence, 12*(2), 275-290.
<https://doi.org/10.1177/088626097012002008>
- Vasconcellos, M. J. E. (2018). *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Papirus Editora.
- Vater, A., & Schröder–Abé, M. (2015). Explaining the link between personality and relationship satisfaction: Emotion regulation and interpersonal behavior in conflict discussions. *European Journal of Personality, 29*(2), 201-215.
<https://doi.org/10.1002/per.1993>
- Vilariño, M., Amado, B. G., Seijo, D., Selaya, A., & Arce, R. (2022). Consequences of child maltreatment victimisation in internalising and externalising mental health problems. *Legal and Criminological Psychology 27*, 182-193. <https://doi.org/10.1111/lcrp.12212>
- WHO. (2021). *Violence against women prevalence estimates, 2018: global, regional and national prevalence estimates for intimate partner violence against women and global and regional prevalence estimates for non-partner sexual violence against women*.
<https://www.who.int/publications/i/item/9789240022256>
- Yalim, A. C., & Sezgin, A. U. (2015). Denial of Child Maltreatment Histories among Male Adolescent Offenders. *International Journal of Criminology and Sociology, 4*, 47-51.
<http://dx.doi.org/10.6000/1929-4409.2015.04.05>

Conclusão

Por meio das produções que compõem a presente dissertação evidencia-se sobretudo a complexidade do fenômeno da violência por parceiro íntimo, o qual impõe um desafio em escala global de urgente prevenção e combate. A conjugalidade por si só apresenta infinitos desfechos em termos de saúde e vulnerabilidades, combinando aspectos individuais, relacionais e contextuais em uma rede que tangencia todos os demais aspectos da vida em sociedade. Dessa forma, a VPI está intimamente relacionada a estruturas de poder atravessadas por gênero, desigualdade e violência, e enquanto fenômeno inerentemente humano e social, torna-se um campo fundamental de atuação da Psicologia para prevenção e promoção de saúde, alvo desta dissertação.

Para tal, compreendeu-se necessária uma abordagem relacional e sistêmica que contemplasse variáveis historicamente negligenciadas, como as intervenções com homens autores de violência contra a mulher (HAV). Nesse contexto surge a motivação e a oportunidade de intervir com essa população por meio de uma abordagem grupal. Esse trabalho vem acompanhando minha trajetória acadêmica e pessoal desde 2017 por meio de um projeto de extensão que permitiu a inserção nesse contexto ao mesmo tempo tão recompensador e desafiador. Através dessa prática foram desenvolvidas, portanto, as produções apresentadas no trabalho de conclusão de curso em 2019 até a atual dissertação de mestrado. Ao longo das experiências relatadas na presente dissertação destaca-se a promissora potencialidade transformadora das práticas com essa população, tanto do ponto de vista dos resultados obtidos, quanto do crescimento pessoal e profissional dos pesquisadores.

Através de um contexto acolhedor e reflexivo evidencia-se o grande potencial de ação de grupos sobre masculinidades, visando construir alternativas à masculinidade única e hegemônica, redefinindo inclusive a relação dos homens com as mulheres e feminidades,

procurando interromper os ciclos de violências motivadas por gênero. Identifica-se na história de vida de muitos desses participantes uma série de violências sofridas no contexto doméstico e familiar, e sobretudo uma privação de espaço para reflexão no que tange estereótipos de gênero e todos os seus desdobramentos na constituição subjetiva do sujeito e suas relações interpessoais. Considera-se fundamental, portanto, que esse processo ocorra em espaços seguros e com suporte de profissionais capacitados, para que sejam acolhedores, porém, instiguem a responsabilização das violências cometidas na vida adulta.

Da mesma forma, emergem desafios igualmente significativos. Dentre os diversos obstáculos também característicos das ações com HAV estão aspectos das mais diversas ordens: estruturais, institucionais, contextuais, grupais e individuais. A lógica majoritariamente punitiva do sistema judicial perverte muitas das ações na direção da promoção de saúde, adicionando mais camadas de complexidade às já existentes. Intensificando, assim, as inerentes resistências psicológicas das populações alvo de suas ações. Para além disso, a inserção da perspectiva científica e empírica, tão fundamental em ações de nível social e de sensível profundidade psicológica como os grupos para HAV, torna-se ainda mais árdua em função desses atravessamentos institucionais.

No entanto, através dos desafios também são descobertas potencialidades. Destaca-se aqui o cenário pandêmico que impactou profundamente a população a partir do ano de 2020 no Brasil, trazendo também consigo a necessidade de ampliação das ações interventivas para dentro dos lares dos participantes por meio da tecnologia. A adaptação virtual do protocolo desenvolvido pelos autores da dissertação provou-se viável e promissora, apresentando-se como um recurso com diversos ganhos, surpreendendo positivamente as expectativas da equipe. Se viram presentes aspectos fundamentais como a vinculação grupal, a expressão de emoções e perspectivas por parte dos participantes.

Para que essas iniciativas tão importantes tornem-se cada vez mais presentes e de alta qualidade científica, as produções apresentadas aqui buscam suprir uma demanda crucial na literatura nacional e internacional através da descrição crítica e detalhada das intervenções e de seus desdobramentos. Para além dessas, salienta-se sobretudo a contribuição social das ações realizadas. As graves estatísticas de violência contra a mulher urgem a ampliação de ações concretas e comprovadamente eficazes de prevenção e promoção de saúde para lares em contextos de violência e vulnerabilidade intrafamiliar. O fenômeno de VPI prova-se extremamente cruel e persistente, no entanto, os resultados encontrados evidenciam que diferentemente da punição e reprodução de ações violentas, a real mudança necessária ocorre em nível social através do amparo, reflexão e responsabilização de todos os envolvidos direta e indiretamente por ele.

Apêndice

PROTOCOLO DE INTERVENÇÃO ON-LINE COM HOMENS ACUSADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: EXPERIÊNCIA NO SUL DO BRASIL

Ana Carolina Silveira e Silva Streit

Anderson Duarte Goulart

Juliana Motta Gomes

Maria Carolina Abianna

Paola Gonçalves e Alves

Mariana Gonçalves Boeckel

RESUMO

O fenômeno da violência por parceiro íntimo representa uma importante questão de saúde pública no Brasil, manifestando-se de maneira complexa por meio da interação simultânea de fatores estruturais, relacionais e individuais. A fim de contemplar esta complexidade, estratégias inclusivas precisam ser desenvolvidas. Para isso, este capítulo busca relatar os procedimentos para realização de um protocolo de intervenção, no formato on-line, com homens acusados de violência contra mulher, a partir da experiência no Sul do Brasil. O principal objetivo da intervenção é proporcionar um espaço de acolhimento e de reflexão para os participantes, a fim de contribuir com a diminuição dos índices de reincidência de violência por parceiro íntimo. Para construção deste protocolo, adotou-se o paradigma sistêmico-relacional, como uma das principais bases epistemológicas, por permitir a ampliação da compreensão e da reflexão de questões complexas como a da(s) violência(s). Sua versão on-line foi desenvolvida a partir de uma revisão sistemática de intervenções dessa natureza por parte da equipe de pesquisadores, associada à experiência em grupos presenciais voltados para essa população. O protocolo propõe a realização de 9 encontros em grupo que procuram abranger os seguintes temas: machismo e questões de gênero, relacionamento íntimo, violência, responsabilização pelos atos violentos e manejo das emoções. Por meio da modalidade on-line, busca-se ampliar o escopo de intervenções com essa população, utilizando recursos tecnológicos cada vez mais presentes no cotidiano da atualidade. Com isso, o capítulo almeja inspirar a realização de novos grupos com homens, contribuindo com a instrumentalização de profissionais por meio de uma perspectiva da psicologia sistêmica do fenômeno da violência contra a mulher.

PALAVRAS-CHAVE: Grupos reflexivos; homens autores de violência; violência por parceiro íntimo.

ONLINE INTERVENTION PROTOCOL WITH MEN ACCUSED OF VIOLENCE AGAINST WOMEN: EXPERIENCE IN SOUTHERN BRAZIL

ABSTRACT

The phenomenon of intimate partner violence represents an important public health issue in Brazil, manifesting itself in a complex manner through the simultaneous interaction of structural, relational, and individual factors. In order to contemplate this complexity, inclusive strategies need to be developed. For this purpose, this chapter seeks to report the procedures for conducting an intervention protocol with men accused of violence against women in an online format, based on the experience in Southern Brazil. The main objective of the intervention is to provide a welcoming and reflection environment for the participants, in order to contribute to the reduction of recidivism rates of intimate partner violence. To build this protocol, the systemic-relational paradigm was adopted as one of the main epistemological bases, for allowing the expansion of understanding and reflection on complex issues such as violence(s). Its online version was developed by the research team from a systematic review of interventions of this nature associated with the experience in face-to-face groups directed to this population. The protocol proposes 9 group meetings that seek to cover the following themes: *machismo* and gender issues, intimate relationships, violence, accountability for violent acts, and managing emotions. Through the online modality, we seek to broaden the scope of interventions with this population, using technological resources that increasingly present in our daily lives. With this, the chapter aims to inspire the realization of new groups with men, contributing with the instrumentalization of professionals through a systemic psychology perspective of the phenomenon of violence against women.

KEYWORDS: Reflective groups; men authors of violence; intimate partner violence.

INTRODUÇÃO

A vida a dois é permeada por desafios. Lidar com as diferenças e com os conflitos cotidianos que perpassam a conjugalidade exige flexibilidade e um amplo repertório de resolução. Nesse campo, destacam-se três fatores relacionados à compreensão e à qualidade dos relacionamentos íntimos: a família de origem, o momento do ciclo vital dos indivíduos e do casal e aspectos do contexto de cada sujeito envolvido (ROSADO; BARBOSA; WAGNER, 2016). Ao longo do processo de socialização, vulnerabilidades circunscritas nesses fatores podem agir de forma que não ocorra a aquisição das ferramentas adequadas e necessárias para lidar com as adversidades do cotidiano. Frente a essa importante lacuna, é possível que sejam transmitidos valores e comportamentos que contribuam para um ambiente muito propício ao uso de violência como tentativa de resolução (FALCKE *et al*, 2009). Partindo disso, compreende-se violência como uma estratégia resolutiva ineficaz, sendo intensamente deletéria para as vítimas e com reverberações prejudiciais, também, para os autores (STRAUS, 2006). Quando a violência é perpetrada pelo companheiro da mulher, ela é chamada de “violência por parceiro íntimo (VPI)” (*intimate partner violence - IPV*), sendo considerada a principal forma de violência contra as mulheres (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2016). A VPI se refere à “violência física, violência sexual, perseguição e agressão psicológica (incluindo táticas coercitivas) por um atual ou ex-parceiro íntimo (ou seja, cônjuge, namorado/a ou parceiro sexual em andamento)” (NIOLON *et al*, 2017, p.7), e engloba qualquer tipo de comportamento violento, motivado pela desigualdade de gênero, que cause danos ao parceiro, envolvendo as esferas física, psicológica, social e patrimonial (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2016). Essa é uma realidade muito presente no Brasil, país que ocupa o 5º lugar no ranqueamento de feminicídios entre 83 países (WAISELFISZ, 2015). Estima-se que no território brasileiro cerca de 540 mulheres são vítimas de agressão a cada hora e, em até 36% desses casos, a violência é perpetrada por um parceiro íntimo ou um ex-companheiro (BUENO *et al.*, 2019).

Como já mencionado, os dados sobre feminicídio e de VPI são alarmantes na realidade brasileira (WAISELFISZ, 2015) e, em 2020, com a realidade da pandemia da COVID-19, a violência na esfera privada do lar apresentou um aumento expressivo. Por meio do levantamento de dados realizado pelo *World Bank* (BASTOS; CARBONARI; TAVARES, 2020), o serviço *Ligue 180*, linha telefônica para suporte à mulher vítima de violência,

registrou aumento em 27% das denúncias nos primeiros meses de implementação das medidas de isolamento social, entre março e abril de 2020, comparado com os registros da mesma época no ano anterior. Neste período, evidenciou-se também uma diminuição de 28,2% nos registros de estupro e 25,5% de lesão corporal. Estima-se que, durante pandemia, a taxa de subnotificação desse tipo de violência, que já é notoriamente alta, seja ainda maior em função de complicadores associados às medidas de isolamento, como o empobrecimento da rede de apoio face a face, a dificuldade de acesso a serviços de suporte, o medo das consequências da denúncia, entre outros. A constatação do agravamento no panorama da violência contra a mulher é reforçada também pelo aumento em 22,2% de casos de feminicídio nos meses mencionados, embasando as estimativas de alta subnotificação da violência e subsequente desamparo das mulheres na pandemia (BASTOS; CARBONARI; TAVARES, 2020).

No contexto de violência, evidencia-se de forma veemente o desequilíbrio de poder entre os parceiros, sendo prioritariamente a mulher que ocupa o lugar de subordinação aos homens. Com isso, entende-se a violência perpetrada pelo homem contra a mulher como uma tentativa do primeiro em exercitar seu poder social e historicamente construído para preservar a hierarquia social dominante, intensificando, assim, a desigualdade de gênero (FALCKE *et al.*, 2009). Nesse sentido, cabe destacar que a masculinidade foi construída para atender necessidades construídas social e historicamente e, por isso, sustentou-se em um padrão hegemônico de virilidade, demonstração de coragem e não demonstração de fragilidade e medo, imposto aos homens, muitas vezes, de forma violenta (FREITAS; SILVA, 2019). Desde a infância, os homens são ensinados acerca do que não devem ser, principalmente, a máxima que define masculinidade enquanto oposto de tudo o que não é feminino. E, ainda hoje, sustentam o peso histórico do papel de figura viril e menos amorosa (CARDOSO; BRITO, 2015, BERALDO; TRINDADE, 2016). Essas questões de gênero socialmente construídas perpassam gerações (FALCKE *et al.*, 2009), trazendo prejuízos de forma evidente para as mulheres, mas, também, aos homens (GARCIA; CARDOSO; BERNARDI, 2019).

No entanto, ademais das questões da desigualdade de gênero e da evidência de que as maiores taxas de violência acometem as mulheres, Johnson (2006) dedicou-se ao estudo de como se desenvolve o controle diádico, ou seja, como se distribui a tentativa de controle sobre o outro e as ações violentas no par. O controle é entendido por Johnson como uma

busca pela posição de poder na relação. Neste sentido, ele subdivide a violência por parceiro íntimo em quatro tipos: (1) terrorismo íntimo, no qual um indivíduo é violento e controlador, e seu parceiro não; (2) resistência à violência, um indivíduo é violento, mas não é controlador, e o parceiro é violento e controlador; (3) violência conjugal situacional, na qual existem situações de violência, mas nenhum da díade é violento ou controlador, e, por fim, (4) controle violento mútuo, ambos são violentos e controladores. Esses achados trazem luz às diferentes faces que a violência conjugal pode apresentar, auxiliando nas intervenções mais específicas e assertivas para cada caso.

Partindo disso, é indubitável que a temática “violência por parceiro íntimo” é complexa e exige cuidado técnico e ético na busca pelas melhores intervenções. Diferentes ações, desde promoção da saúde até a prevenção de situações mais graves, como feminicídio, são necessárias no combate à violência. Neste sentido, faz-se primordial a construção de intervenções que possam auxiliar na ampliação, na flexibilização e na ruptura de estereótipos de gênero pré-fixados socialmente, na conscientização acerca do que é violência, no manejo emocional assertivo, na busca por estratégias de resolução de conflitos eficazes, dentre outros aspectos. Além da importância já conhecida de se realizar ações de proteção e atenção às mulheres vítimas de violência, oferecendo o apoio necessário em diferentes contextos, é cada vez mais evidente a necessidade do trabalho com os autores de violência, para que se possa, de fato, erradicá-la (TONELI; BEIRAS; RIED, 2017). Internacionalmente, evidencia-se de forma expressiva o fundamental envolvimento dos homens quando se trata da prevenção das violências de gênero, embora, no Brasil, essas iniciativas ainda precisem ser mais fomentadas, bem como, reconhecidas cientificamente (BEIRAS, 2014, NOTHAFT; BEIRAS, 2019).

Segundo Alvarez (2006), o trabalho com os homens autores de violência busca a conscientização e a responsabilização desses homens para com seus atos e comportamentos. A responsabilização dos homens é entendida como um aspecto essencial para a qualidade da intervenção a ser realizada, pois o processo de mudança perpassa por intermédio da reflexão sobre seus comportamentos e sobre as formas de pensar a respeito da violência e de seus atos - não de forma culpabilizadora, mas, sendo uma oportunidade para construção da autorresponsabilização. É por meio da noção do quanto a autorresponsabilização é um passo fundamental para mudar o cenário da violência conjugal que o enfoque psicoeducativo e

reflexivo mostra sua relevância nas intervenções com homens autores de violência (ALVAREZ, 2006). Neste sentido, faz-se necessário a construção de um espaço que viabilize a livre expressão destes homens, o estabelecimento de um vínculo seguro entre os participantes e os facilitadores, bem como, a inclusão dos homens no processo e a construção de processos reflexivos (ANTEZANA, 2012).

Para além das especificidades necessárias para o andamento profícuo nas intervenções em grupo com homens acusados de agressão, a realidade da COVID-19 trouxe novos desafios. Os modelos presenciais de intervenção passaram a ser ajustados à modalidade remota via plataformas virtuais (VIANA, 2020), provocando adaptações importantes. O formato on-line traz consigo a necessidade de um dispositivo mediador e modulador da comunicação (celular, *tablet*, ou *notebook* conectados à *internet*), fator que não está presente na interação face a face, resultando em modificações no ritmo comunicacional do grupo e na perda de detalhes não verbais da comunicação (BEIRAS; BRONZ; SCHNEIDER, 2020). Além disso, faz-se uso do próprio ambiente do participante para os encontros, ao contrário de um *setting* determinado pelos facilitadores, o que também pode mostrar-se como um dificultador para o bom andamento do grupo. Destaca-se, nesse sentido, a importância do equilíbrio necessário para a realização das reflexões propostas pela intervenção: proporcionar um ambiente participativo e espontâneo, enquanto procura-se manter a ordem e organização na comunicação dos participantes, frente às limitações das plataformas virtuais (BEIRAS; BRONZ; SCHNEIDER, 2020).

Partindo desta breve contextualização, o presente capítulo objetiva apresentar um protocolo de intervenção em grupo com homens autores de violência - *Grupo Psicoeducativo com Homens Autores de Violência Contra a Mulher (GPHAV)*, no formato on-line. Vale ressaltar que este encontra-se em fase inicial de avaliação.

PROCEDIMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DO GRUPO

Os vislumbres para elaboração desta intervenção são concebidos a partir da trajetória e do entendimento dos integrantes do grupo de pesquisa *Famílias e Contextos*, do Programa de Pós Graduação em Psicologia e Saúde da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. A compreensão é que o arrefecimento da violência por parceiro íntimo perpassa

a criação de ações que se disponham a contemplar a complexidade desse fenômeno, ou seja, é preciso considerar as diversas partes envolvidas, tais como as mulheres, os homens, o contexto social, do microsistema ao macrosistema. Além disso, há inspiração em programas como o *Viver a Dois*, o qual propõe a aprendizagem de novas estratégias para lidar com os desafios da conjugalidade (WAGNER *et al*, 2015).

Sendo assim, o surgimento do protocolo do Grupo Psicoeducativo com Homens Autores de Violência Contra a Mulher (GPHAV) advém, inicialmente, do desejo do grupo de pesquisa, proveniente das produções científicas e interventivas com as mulheres vítimas, de ampliar o olhar e incluir os homens nesse processo. Partindo disso, realizou-se uma revisão sistemática sobre intervenções em grupos com homens autores de violência contra a mulher (GOULART; GOMES; BOECKEL, 2020). Este estudo reúne evidências da efetividade de intervenções grupais na diminuição da reincidência de VPI, assim como demais aspectos importantes para o aprimoramento dos programas voltados a essa população.

Dessa forma, o desenho inicial do protocolo foi concebido em 2019, no modelo de grupo fechado e presencial composto de 12 encontros, cada qual com objetivos específicos e complementares, e de duração máxima de uma hora a uma hora e meia para cada reunião, aplicados semanalmente. A primeira realização do GPHAV ocorreu de maio a julho de 2019 e contou com a presença de 10 homens, com idades entre 27 e 49 anos. Os integrantes do grupo, em sua totalidade, haviam sido enquadrados sob a Lei nº11.340/2006 (Lei Maria da Penha), com o processo judicial transitando em uma Vara de Violência Doméstica e Familiar do Foro Central de uma região Sul do Brasil.

Com o advento da pandemia da COVID-19, o modelo inicial do grupo passou por processo de adaptação para aplicação da proposta on-line. Nesta modificação, o protocolo foi reduzido para que pudesse ocorrer em nove encontros de 1h30 a 1h45min cada, visto que nem todas as atividades pensadas para a versão presencial puderam ser transpostas ao modelo on-line. O conteúdo de propostas que envolviam diretamente a expressão dos participantes por meio de desenhos, pinturas ou colagens, assim como as que faziam uso de interações em duplas ou pequenos grupos, precisaram ser trabalhados de formas alternativas em função das limitações da plataforma de reuniões utilizada (*Google Meet*) ou mesmo das limitações na interação virtual.

Por outro lado, buscou-se aproveitar os recursos da plataforma, por meio do compartilhamento de tela para exibição dos estímulos visuais como vídeos, imagens e *slides*, assim como a ferramenta de “levantar a mão”, presente na versão *Google Education*, para a melhor organização da fala dos participantes. Os encontros são ordenados com o objetivo de que as discussões envolvam aspectos sociais, relacionais e individuais associados à VPI de forma integrada, pontuando ao longo do processo a responsabilização dos participantes no fenômeno. Nesse contexto, são trabalhadas as seguintes temáticas: gênero e sociedade, vida a dois, violência, estratégias de resolução de conflitos, o reconhecimento e manejo de emoções e a responsabilização pelos atos violentos. A seguir, apresentaremos as especificidades importantes para a operacionalização da intervenção e, logo após, a descrição de cada encontro.

Operacionalização do grupo - Seleção, planejamento e organização

A seleção dos participantes é processo fundamental para a garantia do bom andamento do grupo. Conforme postula Brofman (2008), nesta fase é possível selecionar os participantes conforme demandas específicas e características individuais, fatores-chave para o bom andamento da tarefa grupal. O GPHAV-on-line deve ser conduzido em modelo fechado, ou seja, os mesmos integrantes do início devem seguir até o final da intervenção, tendo em vista que a construção da mudança ocorre por intermédio do acompanhamento sistemático dos encontros (NEUFELD; RANGE, 2017).

Para compor o GPHAV- on-line, os participantes são selecionados por intermédio de entrevistas individuais com o objetivo de triar de acordo com os seguintes critérios de inclusão: ser maior de 18 anos, alfabetizado e responder processo de acusação de violência pela Lei Maria da Penha (Lei nº11.340/2006) contra sua companheira; ter acesso a internet e algum dispositivo que permita o acesso ao grupo no formato on-line e acesso a algum mensageiro instantâneo (*WhatsApp*); estar com suas funções mentais preservadas, como: cognição, linguagem e atenção. Cabe destacar que homens com transtornos mentais graves, como psicóticos ou em risco de suicídio, bem como com características de personalidade antissocial, dificilmente se beneficiarão da proposta do grupo, pela dificuldade de entrar na

tarefa grupal e de permitir que o grupo atinja os objetivos psicoeducativos e reflexivos que são a base da proposta (YALON; LESZCZ, 2006, NEUFELD; RANGE, 2017).

No processo seletivo dos participantes, entrevistas de triagem são realizadas por intermédio de plataformas digitais. O primeiro contato é realizado via telefone no qual ocorre a verificação em relação ao acesso à internet e o agendamento da primeira entrevista on-line, que tem duração de aproximadamente uma hora. A partir da finalização das entrevistas de seleção, é necessário operacionalizar um meio digital (grupo no *WhatsApp*) por intermédio do qual avisos, *link* de acesso à plataforma, dentre outros, possam chegar aos participantes do grupo. Ainda na entrevista, é explicada a finalidade da criação deste grupo do *WhatsApp*, deixando claro seu objetivo e coibindo assuntos que extrapolam seu propósito.

Sobre as combinações e regras, há necessidade de realização de um contrato já no primeiro encontro: os facilitadores apresentam aos participantes as combinações entendidas como essenciais para o funcionamento do grupo. Essas combinações estão detalhadas no “encontro 1” do protocolo e se referem ao sigilo, à pontualidade, ao respeito às diferenças, ao propósito do grupo e a outras regras que garantem a adesão aos encontros.

Devem conduzir o GPHAV, no mínimo dois profissionais psicólogos(as), e sugere-se uma equipe de apoio para auxiliar na condução de possíveis contingências ocorridas no antes e durante o grupo, tais como a reflexão técnica acerca da postura, adesão ou outro comportamento de um dos homens participantes ou ajustes na condução por parte dos próprios facilitadores, tanto técnicos quanto reverberações na pessoa do facilitador. Além disso, recomenda-se que os psicólogos que se propuserem à condução desta atividade, tenham identificação e experiência com a promoção de ações para essa população. Ademais, no contexto do grupo digital, os materiais necessários são uma boa conexão de internet, computador e os documentos próprios desenvolvidos para cada encontro. Recomenda-se que os homens participantes possam receber avisos semanais via *WhatsApp*, como lembretes, para ajudar na consolidação da adesão.

Descrição dos Encontros

A seguir, são descritos todos os encontros do GPHAV- on-line, respectivos temas-alvo, objetivos e como se desenvolvem as atividades propostas.

Encontro 1 – Boas-Vindas

Tema: Introdução ao grupo

Objetivos:

- Realizar a vinculação inicial dos facilitadores e participantes;
- Estabelecer o contrato acerca do funcionamento do grupo;
- Introduzir a experiência da autorreflexão e percepção de diferentes pontos de vista.

Desenvolvimento do encontro

Atividade I: Esclarecimentos acerca da organização do grupo. Realiza-se a abertura do encontro, com a apresentação dos facilitadores e a introdução da proposta geral do grupo. Em seguida, são esclarecidas combinações gerais (contrato) sobre o funcionamento do grupo, tais como: o número de encontros, duração, os objetivos do processo, o sigilo e a importância do respeito às diferenças. Alguns pontos são voltados para as particularidades do formato on-line, como a importância de estarem em um ambiente privado, fazerem uso de fones de ouvido, estarem com a câmera permanentemente aberta e o microfone fechado enquanto não estiverem falando. Por fim, é oportunizado um espaço para o esclarecimento de dúvidas e para sugestões de novas combinações.

Atividade II: Apresentação dos participantes. Solicita-se que cada participante fale sobre si, apresentando-se aos demais. São sugeridas informações como: nome, idade, o que gosta de fazer e uma característica positiva.

Atividade III: Dinâmica “Imagens ambíguas”. Por meio do recurso de compartilhamento de tela da plataforma de videoconferência escolhida são apresentados exemplos de imagens típicas de “figura e fundo”, onde a mesma imagem pode ser percebida e interpretada de diferentes maneiras. Explora-se o que cada participante vê nas imagens com o intuito de ilustrar como cada sujeito parte de um ponto de vista com base em sua história, suas vivências. É esclarecido que essa postura de ampliação do olhar e das percepções será

adotada nos encontros seguintes, incentivando a expansão das percepções dos eventos cotidianos.

Atividade IV: Expectativas de cada um no grupo. São levantadas as expectativas dos participantes em relação ao grupo para que reflitam sobre suas próprias contribuições, assim como o que esperam dos demais. Enquanto são compartilhadas essas expectativas, um dos facilitadores é encarregado de registrá-las para que depois possa devolver ao grupo e solicitar uma síntese dessas contribuições.

Encontro 2 - Concepções dos participantes

Tema: Questões de gênero, relacionamento amoroso, responsabilização e emoções.

Objetivos:

- Proporcionar um espaço de escuta onde os participantes se sintam livres para explorar as diferentes temáticas propostas, incluindo a pluralidade de opiniões e vivências do grupo;
- Conhecer as concepções dos participantes acerca dos assuntos que serão aprofundados ao longo dos encontros[1].

Desenvolvimento do encontro

Atividade I: Grupo Focal. Perguntas relacionadas às temáticas-chave dos encontros seguintes são discutidas uma por vez com os participantes. Nesse momento, a postura dos facilitadores é majoritariamente de escuta, com intervenções voltadas para incluir os diferentes pontos de vista de todos os participantes, evitando confrontações diretas. Por meio de uma apresentação de *slides* compartilhada com o grupo, é possível que todos visualizem a pergunta em discussão, incentivando assim que mantenham o foco no assunto proposto.

As perguntas sugeridas são as seguintes:

- O que é ser homem?
- Em quais momentos você se sente mais homem?
- O que é ser mulher?

- Como eu resolvo meus problemas na vida a dois?
- O que você gostaria de fazer diferente para resolver seus problemas na vida a dois?
- Como eu me sinto quando tenho um problema na vida a dois?
- Quando tem um problema no meu relacionamento íntimo, qual a minha responsabilidade?

- Quando falamos a palavra emoções, o que vem na cabeça de vocês?

- O que é machismo?
- O que é feminismo?

Ao final do encontro, o grupo é incentivado a pensar sobre os aspectos que mais chamaram a atenção ao longo das reflexões.

Encontro 3 - Gênero e Sociedade

Tema: Estereótipos de gênero construídos socialmente.

Objetivos:

- Identificar e refletir sobre pré-concepções relacionadas a estereótipos de gênero;
- Apresentar e discutir acerca de conceitos orientados para a igualdade de gênero;
- Refletir sobre os impactos do machismo na vida dos homens e das mulheres.

Desenvolvimento do encontro:

Atividade I: Dinâmica do Marciano. Por meio de uma parábola lúdica propõe-se que os participantes imaginem a seguinte situação: *“Vocês estão na presença de um Marciano, que veio até a Terra buscando compreender melhor as diferenças entre os homens e as mulheres. No entanto, como já conseguiu observar as diferenças físicas, a ele importa apenas os aspectos subjetivos e sociais”*. Em seguida, os participantes são convidados a listar características que considerem femininas e masculinas para ajudar o Marciano a entender as diferenças entre homens e mulheres (sem falar sobre seus corpos). É essencial que os facilitadores estejam atentos aos estereótipos de gênero trazidos pelos participantes para auxiliar na ampliação de suas concepções a respeito da discussão proposta. Registrar em uma

apresentação de *slides* as características por eles mencionadas, com uma linha separando o que se refere à mulher e o que se refere ao homem.

Atividade II: Machismo X Feminismo. Reflexão sobre a construção social do machismo e do feminismo. Para isso, as seguintes definições são apresentadas ao grupo:

_____ é o conceito que se baseia na ideia de dominação e de poder de um sobre o outro, gerando desigualdade.

_____ é o conceito que se baseia na ideia de equidade e de igualdade de direitos.

Os participantes são questionados sobre quais palavras acreditam completar as lacunas. Após ser revelado que se trata do conceito de machismo e de feminismo, inicia-se uma reflexão sobre essas concepções e suas implicações na sociedade.

Por fim, é retomado o *slide* contendo todas as diferenças listadas pelos participantes na atividade anterior, desta vez retirando a linha do meio e destacando que essas características se referem a “seres humanos”, independentemente de serem mulheres, ou homens.

Atividade III: Complementando a discussão proposta anteriormente, apresentam-se dois outros conceitos: o de igualdade e o de equidade. Discute-se com o grupo as diferenças, assim como a importância da reflexão sobre esses conceitos e implicações no cotidiano de cada um.

Atividade IV: Com o intuito de expandir a concepção acerca das consequências do machismo, especialmente para os homens, é apresentado o vídeo de Brunelli e Dicastro (2019), no qual são salientados os prejuízos da masculinidade pautada em estereótipos de gênero para o bem-estar e saúde do homem. Instiga-se o que chamou atenção no vídeo sobre como é a experiência de ser homem hoje, retomando as experiências de vida dos participantes e conectando com as atividades anteriores. É incentivada que essa reflexão seja realizada ao longo da semana até o próximo encontro para que observem em seu dia a dia o que foi discutido.

Encontro 4 - Mitos, gênero e machismo

Tema: Mitos na sociedade acerca de estereótipos de gênero e machismo.

Objetivos:

- Introduzir o significado de mito;
- Identificar e realçar as pré-concepções acerca de estereótipo de gênero;
- Fomentar reflexão acerca das relações de poder aplicadas aos relacionamentos;
- Esclarecer os prejuízos do machismo para homens e mulheres.

Desenvolvimento do encontro

Atividade I: O que é mito? Realiza-se a pergunta “O que é mito?” e, após reflexão dos participantes, explica-se o significado da palavra “mito”: “é algo ou alguém cuja existência não é real ou não pode ser comprovada” (Michaelis, n.d.).

Atividade II: Discussão das frases. Apresenta-se através de *slides* as diferentes frases a seguir, e cada participante é convidado a ler em voz alta, uma a uma:

- Homem que é homem não chora e não leva desaforo para casa;
- Homens perdem a cabeça mais fácil do que as mulheres;
- Meninas só brincam de bonecas e meninos só brincam de luta;
- Apenas a mulher gosta de discutir as questões da relação amorosa;
- É somente a mãe que gosta de cuidar dos filhos.

A cada frase lida, propõe-se a discussão e reflexão a respeito das afirmações, a partir dos questionamentos:

- Onde aprendemos essa ideia?
- O que vocês acham dessa ideia?
- Como isso aparece na relação a dois/amorosa?

Em seguida, os participantes são instigados a repensarem as frases lidas. Realiza-se a seguinte pergunta: “A partir da nossa discussão, como podemos reescrever cada frase?”. O facilitador reescreve no slide, uma a uma. Por fim, é realizada a leitura em voz alta a leitura do resultado final.

Atividade III: Vídeo - edição reduzida do documentário *Precisamos falar com os homens? uma jornada pela igualdade de gênero*, produzido pela ONU Mulheres Brasil (2016).

Após a reprodução da edição feita pelo grupo de pesquisa, abre-se espaço para discussão, seguida do encerramento do encontro.

Encontro 5 - Estratégias de resolução de conflito

Tema: Aspectos comunicacionais e estilos de resolução de conflitos.

Objetivos:

- Refletir com o grupo acerca de processos comunicacionais e impactos nas relações.

- Psicoeducação acerca das estratégias de resolução de conflitos.

Desenvolvimento do encontro

Atividade I: Conteúdo e forma das mensagens. Apresentam-se os conceitos dos processos comunicacionais de “conteúdo” e “forma/ordem” (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 2002) em *slides*. Explica-se a diferença entre o “conteúdo” da mensagem, ou seja, o relato, as palavras utilizadas e seus significados em si; e a “forma/ordem”, a qual refere-se a como informação é transmitida, o tom de voz, as expressões corporais e seu significado no contexto em que são utilizadas, denunciando a relação estabelecida entre as partes (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 2002). Mostra-se em *slide* com exemplos e, após, esclarecem-se dúvidas.

Atividade II: Estilos de resolução de conflitos. Realiza-se a psicoeducação acerca dos seguintes estilos de resolução de conflitos: evitação, ceder, submissão (ceder em alta intensidade), ataque (violência) e negociação, por meio da apresentação de *slides* sobre cada um. Após a leitura de todas as estratégias, os participantes trazem exemplos e fomenta-se a reflexão acerca das consequências dos próprios atos, especialmente, os atos motivados pelo transbordamento emocional.

Encontro 6 - Reconhecendo a violência e lidando com conflitos

Tema: Violência - conceitos, situações e ciclo da violência.

Objetivos:

- Auxiliar no entendimento sobre os tipos de violência e o ciclo da violência;
- Promover o reconhecimento de padrões relacionais violentos e na responsabilização dos atos violentos praticados;
- Identificar circunstâncias em que as situações de violência emergem.

Desenvolvimento do encontro

Atividade I: Tipos de Violência. Inicia-se referindo que será dada continuidade às estratégias de conflitos, mais especificamente ao uso do ataque/violência. É importante introduzir o tema de forma a auxiliar que os participantes possam estar abertos a ouvir e refletir sobre os assuntos apresentados. Neste sentido, é dito: “Lembrando que no encontro passado trabalhamos as diferentes formas de resolver os conflitos, hoje daremos foco a uma estratégia que traz prejuízos muito graves, o ataque/violência. Todos os casais têm conflitos e todas as pessoas têm conflitos para administrar na vida. A diferença é como resolvemos esses conflitos. A violência é uma forma ineficaz de resolução de conflitos que não pode ser utilizada na nossa sociedade. Essa é a ideia que vai guiar nosso raciocínio hoje”.

Partindo disso, apresenta-se os tipos de violência. (psicológica, física, moral, patrimonial e sexual), por meio de *slides*.

Atividade II: Ciclo da violência. Apresenta-se, de forma simplificada e em *slide*, o ciclo da violência (WALKER, 1979), com ênfase no momento da tensão e possíveis alternativas que existem para resolver os problemas apresentados. Em seguida, solicitam-se exemplos de violências cometidas pelos participantes e que se enquadrem no ciclo, que será então apresentado em sua versão mais detalhada. Pode-se usar uma ou mais situações, de acordo com o tempo disponível. Aqui, salienta-se o quão deletéria é essa forma de lidar com as adversidades, abrindo espaço para fomento de novas estratégias de resolução. Nesta apresentação, é importante dar ênfase, no momento da tensão, acerca da autorresponsabilização e fomentar a reflexão sobre outras alternativas para resolver os problemas apresentados. Por fim, discute-se o tema com o grupo.

Atividade III: Dramatização - Lidando com as diferenças. Retoma-se os aspectos da comunicação e estratégias de resolução de conflito trabalhados no encontro anterior para, em seguida, convidar os participantes a dramatizarem situações conjugais que envolvam lidar com as diferenças do cotidiano. Os coordenadores do grupo incentivam a conexão com situações reais cotidianas, norteados a cena com comentários que auxiliem na diversidade de estratégias e na regulação emocional. Eles também escolhem uma a duas das vinhetas expostas abaixo para serem dramatizadas. Caso a discussão seja muito breve, incluir outros atores voluntários e utilizar mais vinhetas.

- O casal está saindo para passear. ela quer ir no parque e ele no shopping. Como negociar?
- O filho não se comportou bem, um acha que tem que colocar de castigo e o outro não. Como negociar?
- Ele quer ir jogar com o amigo e ela não quer que ele vá. Como resolver?
- Ele chegou em casa após um dia difícil, exausto e ela chama pra resolver tarefas da casa, consertar uma luminária. Ele não está a fim e ela insiste muito. Como resolver?

Encontro 7 - Reconhecendo as emoções

Tema: Identificação das emoções e desenvolvimento de habilidades para regulação emocional.

Objetivos:

- Lembrar os conceitos apresentados no encontro anterior e fomentar a discussão acerca das emoções no contexto da resolução de conflitos;
- Trabalhar a identificação e diferenciação das emoções;
- Introdução da prática de *Mindfulness*.

Desenvolvimento do encontro

Inicia-se o encontro introduzindo a prática de *mindfulness*, pedindo para que os participantes fiquem confortáveis, relaxados, tentando buscar tranquilidade. Realizam-se ciclos de respiração diafragmática, explicando aos participantes como proceder.

Atividade I: Dinâmica - Reconhecendo as emoções.

Lê-se a frase: “Vamos começar com uma frase, que envolve uma parte do que falamos no encontro passado, mas queríamos ampliar um pouco mais a nossa discussão: ‘Não controlamos nossas reações fisiológicas, mas podemos controlar o que fazemos com isso’ (frase exposta em *slide*) - Esta frase vai guiar o nosso encontro hoje”.

Trabalha-se com o grupo reações fisiológicas para o reconhecimento da manifestação emocional no corpo, pensamentos que surgem desta dinâmica corpo/mente e comportamentos influenciados por emoções.

Atividade II: Emoções básicas. É apresentado um slide para cada emoção: alegria, tristeza, raiva e medo. A cada slide, questiona-se acerca dos sinais e pistas de cada emoção, suas respostas corporais e também sobre as consequências dos comportamentos diante de cada emoção.

Nesta atividade, deve-se prestar atenção especial aos sinais de raiva e medo e investigar as diferenças percebidas pelos participantes entre as duas. Anota-se os pontos trazidos em cada *slide* e reflete-se criticamente com o grupo sobre as consequências, mediando especialmente as estratégias não assertivas. Neste sentido, inicia-se a discussão com o grupo acerca das formas de reagir, pensando nas consequências das respostas que “não funcionam” (não assertivas) e trabalhar outras alternativas “que funcionam” (assertivas).

Atividade III: Realiza-se a leitura e reflexão do conto “A Fúria e a Tristeza” (BUCAY, 2011), adaptado para a presente intervenção, que aborda, por intermédio da metáfora, a troca de roupagem entre as duas emoções: a tristeza como emoção subjacente à raiva.

Atividade IV: Prática de *mindfulness*.

Retoma-se a atividade de respiração apresentada no início do encontro e inicia-se a prática de *Mindfulness* e escaneamento corporal, com base na literatura sobre o assunto (LEAHY et al., 2013, NEFF; GERMER, 2018). Por fim, questiona-se aos participantes como se sentiram e experienciaram a prática.

Encontro 8 – Manejo da raiva

Tema: Trabalhar a conexão emocional, a promoção e o reconhecimento de estratégias funcionais para lidar com as sensações e comportamentos advindos da raiva.

Objetivos:

- Identificar circunstâncias em que a raiva é presente no cotidiano dos participantes.
- Fomentar o reconhecimento da raiva e a diferenciação entre o que é sentido e o que é atuado no comportamento quando esta se faz presente.
- Promover reflexão acerca da responsabilidade de seus atos e as consequências no outro.

Desenvolvimento do encontro:

Atividade I: : Psicoeducação sobre a raiva. Inicia-se retomando o encontro anterior e direciona-se a discussão para a possibilidade de aprofundamento psicoeducativo a respeito da raiva. Destaca-se a raiva como aquela que, dentre as emoções básicas, é uma das mais difíceis de ser regulada. Ajuda-se os participantes a compreender que todos nascemos com as emoções básicas e que cada uma tem uma função na nossa vida, porém, o mais importante é o que fazemos com a emoção, ou seja, como será o comportamento diante dela.

Atividade II: Externalizando a raiva. Em congruência com a primeira atividade, os participantes são convidados a refletir sobre a seguinte questão: “*Se a sua raiva fosse uma forma, uma coisa, um personagem, uma cor, um animal, um objeto, como seria?*”. Os facilitadores registram em *PowerPoint* em branco os conteúdos trazidos e retomam com o grupo as diferentes possibilidades narrativas acerca da raiva. A ideia é viabilizar um espaço para diferentes expressões narrativas da raiva.

Atividade III: Estratégias para lidar com a raiva. Inicia-se com a seguinte questão:

“Essa forma de olhar e enxergar a raiva nós aprendemos ao longo da vida, pensando nisso: Que lembranças vocês têm de pessoas com raiva na infância, na família, entre os amigos?”

Discute-se a respeito das narrativas sociais e familiares a respeito dos modos de regulação da raiva por eles apreendidos. Tendo como pano de fundo os aspectos discutidos na atividade anterior, conduz-se a construção e/ou a valorização de estratégias mais assertivas para

regulação emocional. Os facilitadores ajudam os participantes na seleção crítica dessas estratégias e na efetividade de sua aplicabilidade.

Atividade IV: Apresenta-se a edição reduzida feita pelo grupo de pesquisa do documentário *O Silêncio dos Homens* de autoria do coletivo Papo de Homem (2019), que discorre sobre masculinidade, autocuidado, dificuldade de abertura emocional e consequente dificuldade de pedir ajuda e falar sobre si mesmo, bem como apresentação de dados relacionados a saúde mental masculina como índices de depressão, ansiedade, uso de álcool e drogas, etc. Em seguida, há discussão breve a fim de conduzir o grupo para o fechamento do encontro.

Encontro 9 - Concepções dos participantes e Encerramento

Tema: questões de gênero, relacionamento amoroso, responsabilização e emoções

Objetivos:

- Proporcionar um espaço de escuta onde os participantes se sintam livres para explorar as diferentes temáticas propostas, incluindo a pluralidade de opiniões e vivências do grupo;
- Verificar as concepções dos participantes acerca dos assuntos aprofundados ao longo dos encontros e identificar as mudanças ocorridas entre o 2º e o 8º encontro.

Desenvolvimento do encontro

Atividade I: Grupo Focal: repete-se a discussão tal qual fora realizada no encontro I.

Atividade II: Encerramento dos encontros: Como forma de propor um fechamento da experiência, convidam-se os participantes a refletir a respeito de mudanças ocorridas ao longo dos encontros em seus modos de pensar e de agir, solicitam-se exemplos. A seguir, apresenta-se outra edição reduzida realizada pelo grupo de pesquisa do documentário *O Silêncio dos Homens* de autoria do coletivo Papo de Homem (2019). Objetiva-se fomentar reflexões finais a respeito do processo vivenciado como participantes do grupo.

REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRÁTICA

O ano de 2020 foi desafiador em diversos contextos, não podendo ser diferente diante dos trabalhos com homens autores de violência. Em virtude disso, foi necessário tempo para enfrentamento e assimilação da pandemia. Neste processo, emergiram dúvidas, receios e questionamentos acerca das práticas de intervenção em grupo on-line realizadas com essa população. Como todo processo novo e repentino, a possibilidade de adaptação do protocolo presencial para o on-line pareceu-nos, em um primeiro momento, um desafio deveras árduo. No entanto, a situação de distanciamento social prolongou-se muito além do esperado e as intervenções em Psicologia foram se mostrando possíveis, viáveis e com resultados muito interessantes. Ademais, o longo período sem possibilidades de retomada das atividades presenciais e a população de homens desassistida foram tópicos preocupantes. Neste sentido, as intervenções em grupo com homens autores de violência mostraram-se desafiantes, porém necessárias.

Diante dessas adversidades, a adaptação do protocolo do GPHAV para modalidade virtual deu-se através da dedicação da equipe e de reflexões sobre as possíveis e necessárias mudanças para viabilidade de aplicação em contexto de distanciamento. Os processos comunicacionais entre facilitadores e grupo e dentro do próprio grupo precisaram ser repensados, já que a tela e a fala passaram a ser o centro da comunicação, reduzindo outros facilitadores, como a linguagem corporal. As atividades que antes eram realizadas ao vivo por intermédio de diversos recursos precisaram ser reavaliadas, o uso do corpo, de duplas, de subgrupos apresenta limitações no formato virtual. Ainda assim, foi possível adaptar os principais objetivos do protocolo.

Já na primeira aplicação do protocolo na versão on-line, percebeu-se a viabilidade da intervenção no que tange a presença de fenômenos grupais e acerca da interação dos participantes. As atividades que exigiram utilização de recursos visuais como vídeos e apresentação de *slides* também se mostraram possíveis. De modo geral, verificou-se que o acesso e a qualidade da conexão da internet foram suficientes, o que possibilitou a participação de 90% dos homens indicados para os grupos iniciais. Ainda assim, sabe-se que a internet não é acesso de todos, vivemos uma exclusão digital grave em nosso país, retratando as desigualdades socioeconômicas e culturais. Seria de suma importância a implementação de políticas de acesso digital, viabilizando-os a todos os homens. Por outro lado, Pauncz, Vall e Belotic (2021) apontam que o formato on-line pode atingir aqueles que

poderiam ser excluídos devido à localização geográfica ou conflitos de tempo e horários. Além disso, os autores destacam que alguns homens respondem melhor às intervenções virtuais, mostrando-se mais motivados e seguros para compartilharem suas questões pessoais. Em situações de problemas com a internet e conexões, é importante evitar regras muito restritas, permitindo o uso de diferentes aparelhos e possibilidades de locais para a realização do grupo, como por exemplo: dentro do carro (PAUNCZ; VALL; BELOTIC, 2021). Da mesma forma, é preciso estar disponível para auxiliar no manejo da tecnologia, no uso da plataforma digital escolhida. Neste sentido, nos primeiros encontros do GPHAV-on-line foi preciso auxiliar os participantes no que diz respeito a ligar e desligar os microfones, como ocorre a entrada na sala virtual e às eventuais oscilações da conexão com a internet.

Importante tecer algumas considerações referentes ao fato de os participantes estarem em suas próprias casas e em espaços de seu domínio, já que isso evidenciou algumas vantagens e vários desafios. Entre as vantagens, destacam-se: (1) maior segurança dos participantes em expressar suas opiniões e seus sentimentos; (2) a redução da desejabilidade social, vista nos momentos de expressarem opiniões contrárias à de outros participantes ou às próprias informações trazidas pelos facilitadores; (3) pontualidade nos encontros, que fica facilitada pela ausência de locomoção e conseqüente minimização de imprevistos que o trânsito oferece; (4) redução dos gastos com transporte. Já no que diz respeito aos desafios, salientam-se aspectos como: (1) desinibição dos participantes em relação à postura pessoal adequada ao enquadre, como por exemplo: estar sem camisa; trocar de roupa, preparar e realizar a refeição durante o encontro, fumar, ingestão de bebida alcoólica; (2) interrupções provenientes do ambiente doméstico, como familiares que pedem a atenção do participante; (3) discussões mais intensas e que exigem uma condução diretiva e firme por parte dos facilitadores, sendo mais difíceis de manejar pela redução da percepção da comunicação não verbal (que perde seu espaço através das telas), como, por exemplo, um olhar direcionado ao participante, levantar-se da cadeira pedindo atenção ou algum gesto que ajude o grupo a voltar o foco para a tarefa.

Diante desta realidade e considerando as vantagens dos grupos virtuais, nas conduções on-line do GPHAV, observou-se maior espontaneidade, tanto nas falas como nos comportamentos dos participantes, se compararmos ao modelo presencial, corroborando com outros estudos (SPENCER; STITH; KING, 2021, PAUNCZ; VALL; BELOTIC, 2021). Por

outro lado, dentre os aspectos desafiantes, mostrou-se de suma importância o papel dos facilitadores no auxílio do adequado enquadre, pontuando de forma firme e clara as regras necessárias, enfatizando que a postura deve ser semelhante àquela que apresentariam se estivessem no encontro presencial. Outrossim, diante da emergência de demandas particulares ou de monopolização da fala, os facilitadores precisam realizar intervenções a fim de manter o grupo focado na tarefa e nos objetivos propostos para cada encontro.

Destaca-se que modalidades de intervenção on-line com homens autores de violência se diferenciam da modalidade presencial em diversos sentidos, tornando singulares aspectos como a construção de limites, a validação da participação e a restrição da comunicação não-verbal (BEIRAS; BRONZ; SCHNEIDER, 2020). Relevante considerar que na modalidade virtual, as falas podem se sobrepor e os facilitadores precisam estar atentos para retomar as combinações. Essas questões, quando presencialmente, são possíveis de serem observadas com certa antecedência, por algum movimento corporal que sinaliza o desejo pela palavra. Manejar a fala e a escuta também faz parte do repertório circunscrito a estabelecer e manter as normas no grupo que ocorre em formato on-line, questão que pode demandar mais dos facilitadores na comparação com uma condução presencial (BEIRAS; BRONZ; SCHNEIDER, 2020).

Além disso, para uma condução coesa do encontro, os facilitadores precisam comunicar-se entre si e alinhar sua conduta, como dupla, frente a possíveis imprevistos. As intercorrências podem dizer respeito, por exemplo, a atrasos e a queda de conexão, o que exige contato individual com tais participantes via mensagens de texto durante a condução do grupo. Sugere-se, portanto, que os facilitadores mantenham aberto um canal individual via *WhatsApp*, ou outro mensageiro, para dialogarem diante de situações deste tipo. Em concomitância aos pontos elencados, é necessário dividir, também, as tarefas relacionadas à apresentação de *slides*, imagens e vídeos, moderação da fala de cada participante e manejo de situações específicas. Pelas reflexões feitas até aqui e como já mencionado anteriormente, acredita-se ser de grande relevância aos profissionais que se proponham a conduzir o grupo: a formação na área da Psicologia, tendo em vista ser a profissão indicada para a avaliação, o manejo e a realização de intervenção em situações de intensidade emocional. Diante da reflexão sobre a dinâmica com a qual os facilitadores se deparam, recomendamos a presença de homens e mulheres neste papel, ou seja, uma dupla de facilitadores composta por um

homem e uma mulher. Tal recomendação se dá pela importância dos participantes visualizarem na prática o equilíbrio entre poder e igualdade entre o facilitador homem e a facilitadora mulher.

Neste sentido, manejar esse complexo agrupamento de contingências humanas e tecnológicas pode mobilizar conteúdos incertos, em todos os envolvidos: participantes e facilitadores. Diante dessa complexidade observada, enfatiza-se a importância da consideração dos conteúdos emocionais que podem ser acionados na figura dos facilitadores diante do grupo, ou seja, as ressonâncias na pessoa do facilitador. Assim, faz-se necessário que os facilitadores atentem às próprias ressonâncias, ou seja, às mobilizações emocionais que o grupo ou os participantes evocam e usar a sensação emergente em benefício da atividade conduzida e em benefício do próprio grupo (ANDOLFI, 1996). Por isso, ter formação em Psicologia, contar com o apoio de uma equipe para discussão, ter espaços de supervisão teórico-técnica e para a reflexão das ressonâncias na pessoa do terapeuta mostram-se de suma importância.

Dentre tantos aspectos, o GPHAV-on-line propõe ser um espaço no qual seja possível repensar condutas violentas. Assim, é importante salientar que em cada um dos nove encontros são contemplados assuntos que geram intensa mobilização emocional dos participantes. Como a temática da violência é um conteúdo transversal, os participantes se acionam, manifestam o desejo de expressar suas emoções e percepções, querem ser ouvidos e partilhar suas questões jurídicas e pessoais. É preciso ter continência para que isso ocorra, e para que a intervenção do grupo não se afaste dessa proposta psicoeducativa. Faz-se fundamental que os facilitadores, desde o início, adotem uma postura acolhedora e que viabilize a reflexão e a responsabilização dos participantes. Além disso, é importante realizar questionamentos e fomentar a abertura ao pensamento sobre outros pontos de vista, bem como a flexibilização de padrões comportamentais. Assim, para que os objetivos da intervenção sejam atingidos, a literatura aponta que abordar temas específicos, como manejo de estresse e raiva, estratégias saudáveis de resolução de conflitos, entendimento sobre o que é violência, dentre outros, é fundamental para que a psicoeducação aconteça de fato (CROCKETT *et al*, 2015). Dessa forma, os programas on-line têm se mostrado eficazes, podendo auxiliar na diminuição da raiva e da perpetração de VPI, porém ainda são necessárias pesquisas que avaliem e aprimorem tais intervenções considerando as especificidades desse formato (SPENCER; STITH; KING, 2021).

Problemas complexos como a violência e, em especial, o comportamento violento nas masculinidades, exige soluções integradas. A inclusão dos homens dentre um dos principais alvos para intervir quando se fala em violência por parceiro íntimo mostra-se de crucial relevância quando prevalece o pensamento sistêmico-relacional. Isto porque, entendemos que a mudança efetiva perpassa a inclusão de diferentes esferas: mulheres vítimas, homens autores e ações preventivas na população em geral. Como já referido por Johnson (2006): para intervir eficientemente nos casos de violência, é fundamental que se leve em conta os tipos de violência por parceiro íntimo. A violência situacional é percebida com mais frequência na população em geral, normalmente sendo bidirecional e menos severa. O terrorismo íntimo acontece geralmente com os homens sendo os agressores e controladores. Já na resistência à violência, as mulheres aparecem com mais frequência, sendo esta uma resposta ao controle e à violência do parceiro. Por fim, a violência mútua é considerada como o tipo de violência onde existe certa simetria de gênero no fenômeno, embora sendo menos frequente.

O terrorismo íntimo é considerado o tipo de violência mais complexo para se intervir, requisitando consciência dos facilitadores acerca da população a ser contemplada. Em geral, os casos que chegam às delegacias são de terrorismo íntimo, trazendo inúmeros prejuízos e riscos às mulheres, além dos evidentes prejuízos à díade e ao contexto direto. No GPHAV-on-line, observou-se prevalência deste subtipo, ainda que muitos homens relatem a violência mútua ou mesmo serem eles as vítimas. Este aspecto precisa ser analisado com muito cuidado. É importante acolher o relato do homem e, ao mesmo tempo, auxiliá-lo na responsabilização pelos seus atos, pois, certamente, se o homem ali se encontra, foi devido a atos violentos praticados por ele e direcionados à companheira. Essa tomada de consciência precisa ser um tema a ser trabalhado transversalmente ao longo de todos os encontros. Quando os facilitadores conseguem direcionar essa discussão de forma apropriada, muitas vezes, o próprio grupo auxilia neste processo, como, por exemplo, quando um dos integrantes falou sobre os limites e respeito na relação a dois: “mas se a gente tivesse respeitado [...] não precisava tá passando por isso”. Identificar a violência, assumir a sua responsabilidade, ampliar as concepções acerca de gênero e possibilidades de relacionamentos, conhecer suas emoções, expandir as estratégias de resolução de conflitos, abrir espaços para emoções e dificuldades são pontos iniciais de suma valência na busca por novas possibilidades de ser homem.

Por fim, compreende-se que, mesmo diante de diferentes anseios e desafios, a aplicação do protocolo mostrou-se viável, apresentando-se como uma alternativa com diversos ganhos, surpreendendo positivamente as expectativas da equipe. A conexão do grupo, a expressão de emoções e perspectivas por parte dos participantes foi viabilizada e percebida ao longo dos encontros. O contexto da COVID-19 colocou a tecnologia no centro das conexões pessoais, mostrando-se um meio possível de acesso às pessoas, sendo facilitadora no que tange a questões econômicas e de transporte associadas a deslocamento em áreas rurais e urbanas. A conexão grupal pelo meio virtual e a potência do espaço são surpreendentes, evidenciando ser uma realidade para além do momento da pandemia.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, A. **Criterios de calidad para intervenciones con hombres que ejercen violencia en la pareja**. Cuadernos para el Debate, Madrid: Fundación Mujeres, 2006.

ANDOLFI, M. **A linguagem do encontro terapêutico**. 1. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

ANTEZANA, A. P. Intervenção com homens que praticam violência contra seus cônjuges: reformulações teórico-conceituais para uma proposta de intervenção construtivista-narrativista com perspectiva de gênero. **Nova Perspectiva Sistêmica**, São Paulo, v. 21 n. 42, 2012.

BASTOS, G.; CARBONARI, F.; TAVARES, P. **Addressing Violence against Women under COVID-19 in Brazil**: O Combate à Violência contra a Mulher (VCM) no Brasil em época de COVID-19. The World Bank/ Grupo Banco Mundial, 2020. Disponível em: <<http://documents1.worldbank.org/curated/en/807641597919037665/pdf/Addressing-Violence-against-Women-VAW-under-COVID-19-in-Brazil.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2021.

BEIRAS, A.; BRONZ, A.; SCHNEIDER, P. DE F. Grupos reflexivos de gênero para homens no ambiente virtual - primeiras adaptações, desafios metodológicos e potencialidades. **Nova Perspectiva Sistêmica**, São Paulo, v. 29, n. 68, p. 61-75, 2020.

BEIRAS, A. **Relatório Mapeamento de Serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro**. Brasil: Instituto NOOS e Instituto Promundo, 2014. Disponível em <https://noos.org.br/wp-content/uploads/2019/01/Relatorio-Mapeamento-SHAV_site.pdf>. Acesso em: 06 maio 2021.

- BERALDO, G. DE S.; TRINDADE, E. Novos Pais, Novos Homens? Paternidade e Identidade Masculina No Contexto Pós-moderno. **Pretextos**, Minas Gerais, v. 1, n. 2, p. 56 - 75, 2016.
- BROFMAN, G. Psicoterapia psicodinâmica de grupo. In: CORDIOLI, A.V. **Psicoterapias: Abordagens Atuais**. 3ª Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008. Cap 17. . p.299-316.
- BRUNELLI, R.; DICASTRO, V. **O Que É Masculinidade Tóxica?** Desenhando. 2019. (4min08s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=J26TDgBz3MI>> . Acesso em: 20 maio 2021.
- BUCAY, J. **Contos para Pensar**. Lisboa: Pergaminho, 2011.
- BUENO, S.; LIMA, R. S.; SOBRAL, C. N; PINHEIRO, M.; MARQUES, D.; SCARANCE, V. **Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 2ªed, Brasil, 2019. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>> . Acesso em: 06 maio 2021.
- CROCKETT, E. E.; KENESKI, E.; YEAGER, K.; LOVING, T. J. Breaking the Mold: Evaluating a Non-Punitive Domestic Violence Intervention Program. **Journal of Family Violence**, North Carolina, v. 30, p. 489 - 499, 2015.
- FALCKE, D; DE OLIVEIRA, D. Z; DA ROSA, L. W; BENTANCUR, M. Violência conjugal: um fenômeno interacional. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 2, n. 2, p. 81-90, 2009.
- FREITAS, C. G; DA SILVA, R. B. B. A violência contra mulher e a psicologia diante dessa realidade na perspectiva da atenção básica. **Revista Mosaico**, Vassouras, v. 10, n. 1, 2019.
- GARCIA, L. H.; CARDOSO, N. D; BERNARDI, C. M. Autocuidado e adoecimento dos homens: uma revisão integrativa nacional. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 11, n. 3, p. 19-33, 2019.
- GOULART, A. D.; GOMES, J. M.; BOECKEL, M. G. Intervenções com Homens Acusados de Violência por Parceiro Íntimo: Revisão Sistemática da Literatura. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 13, n. 1, p. 270-292, 2020.
- JOHNSON, M. (2006). Conflict and Control. Gender Symmetry and Asymmetry in Domestic Violence. *Violence Against Women*, v. 12 n. 11, p. 1003-1018. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1077801206293328>> Acesso em: 17/10/2021.
- LEAHY, R. L.; TIRCH, D.; NAPOLITANO, L. A. **Regulação emocional em psicoterapia: um guia para o terapeuta cognitivo-comportamental**; tradução: Ivo Haun de Oliveira; revisão técnica: Irismar Reis de Oliveira. Porto Alegre: Artmed, 2013.

MITO. In: MICHAELIS, Dicionário On-line de Português. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2021. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/>> Acesso em: 17/10/2021.

NEFF, K.; GERMER, C. **The Mindful Self-Compassion Workbook: A Proven Way to Accept Yourself, Build Inner Strength, and Thrive**. Guilford Publications, 2018.

NEUFELD, C. B.; RANGÉ, B. P. **Terapia cognitivo - comportamental em grupos: Das evidências à prática**. Porto Alegre: Artmed, 2017

NIOLON, P. H.; KEARNS, M., DILLS, J.; RAMBO, K., IRVING, S.; ARMSTEAD, T.;

NOTHAFT, R. J; BEIRAS, A. O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 3, 2019

ONU MULHERES BRASIL. **Precisamos falar com os homens?** Uma jornada pela igualdade de gênero (trailer). 2016. (3min35s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZJ64IPTAMSU>>. Acesso em: 12 maio 2021

PAPO DE HOMEM. **O silêncio dos homens**; Documentário completo. 2019. (1h12s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NRom49UVXCE>>. Acesso em: 12 maio 2021

PAUNCZ, A.; VALL, B.; BELOTIĆ, S. J. **COVID-19 Revision of Practice Toolkit**. WWP European Network, 2021. Disponível em: <https://www.work-with-perpetrators.eu/fileadmin/user_upload/COVID-19_Revision_of_Practice_Toolkit.pdf>. Acesso em: 06 maio, 2021.

ROSADO, J. S; BARBOSA, P. V; WAGNER, A. Ajustamento Conjugal: a função das características individuais, do casal e do contexto. **Revista Psicologia em Pesquisa**. Juiz de Fora, v. 10, n. 1, 2016

SPENCER, C.M; STITH, S.M; KING, E.L. Preventing Maltreatment at Home: A Meta-Analysis Examining Outcomes From Online Programs. **Research on Social Work Practice**. Florida, V.31, n. 2, p. 138-146, 2021.

STRAUS, M. A. (2006). **Dominance and symmetry in partner violence by male and female university students**. In M. A. Straus (Ed.) Trends in intimate violence intervention. University of Haifa and New York University (pp. 1–32). New York.

TONELI, M. J.; BEIRAS, A.; RIED, J. Homens autores de violência contra mulheres: políticas públicas, desafios e intervenções possíveis na América Latina e Portugal. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 51, n. 1, p. 174-193, 2017.

VIANA, D. M. Atendimento psicológico on-line no contexto da pandemia de COVID-19. **Cadernos ESP-Revista Científica da Escola de Saúde Pública do Ceará**. Ceará, v. 14, n. 1, p. 74-79, 2020

WAGNER, A.; NEUMANN, A. P.; MOSMANN, C.; LEVANDOWSKI, D. C.; FALCKE, D.; ARPINI, D.M.; ZORDAN, E.P.; GRZYBOWSKI, L. S.; BOECKEL, M. G; SCHEEREN, P. **Viver a Dois: Compartilhando este Desafio. Programa Psicoeducativo para Casais**. Sinodal. 2015.

WALKER, L. E. **Battered woman**. New York: Harper & Row, 1979.

WAISELFISZ, J. **Mapa da violência 2015 homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília: OPAS/OMS, ONU Mulheres, SPM e Flacso, 2015. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf> Acesso em: 17 maio 2021.

WATZLAWICK, P.; BEAVIN, J.; JACKSON, D. **Pragmática da comunicação humana: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação**. São Paulo: Cultrix, 2002.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Violence against women: Intimate partner and sexual violence against women**. Fact sheet, v. 239, 2016. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs239/en/>> . Acesso em 20 maio 2021.

YALON, I. D.; LESZCZ, M. **Psicoterapia de grupo: teoria e prática**. Porto Alegre: Artmed, 2006.